

Bruno Pinto de Avellar

**Vozes do século XIX: A Fazenda Ponte Alta e seus usos
atuais**

Niterói

2017

Bruno Pinto de Avellar

Vozes do século XIX: A Fazenda Ponte Alta e seus usos atuais

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do Grau
de Bacharel

Orientadora: Prof^a Dra. Flávia Lages

Rio de Janeiro

2017

Bruno Pinto de Avellar

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A949 Avellar, Bruno Pinto de.
Vozes do século XIX: a Fazenda Ponte Alta e seus usos atuais /
Bruno Pinto de Avellar. – 2017.
101 f. ; il.
Orientadora: Flávia Lages.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção
Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e
Comunicação Social, 2017.
Bibliografia: f. 95-100.

1. Café; aspecto histórico. 2. Século XIX. 3. Brasil. 4. Nobreza.
5. Escravidão. 6. Cultura. 7. Turismo. I. Lages, Flávia.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação
Social. III. Título.



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato: BRUNO PINTO DE AVELLAR		Matrícula: 212.033.059
Título do Trabalho: "VOZES DO SÉCULO XIX – A FAZENDA PONTE ALTA E OS SEUS USOS ATUAIS"		
Orientador: DR^a. Flávia Lages		
Categoria: Monográfica	Data da Apresentação: 14/03/2017	

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): Dr^a. Flávia Lages
2º Membro: Dr^a. Maria Alice
3º Membro: Dr. João Domingues

AVALIAÇÃO:

Análise / Comentário

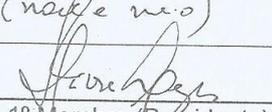
A banca destacou a escrita do trabalho, em especial a introdução, indicando uma maior possibilidade de colocar-se na posição de pesquisador.

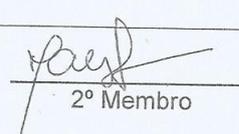
Indica a importância da vivência, no trabalho, de temas e Produção Cultural, abrindo possibilidades de continuidade na pesquisa.

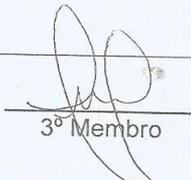
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

2,5 (nota no 0)

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todos os meus amigos. Acredito que a maior qualidade de um ser humano é a capacidade de ser amigo, não importa de onde vem, se é família, professor, colega de classe, de trabalho, ou parceiros da vida. Se um dia te considerei por qualquer motivo um AMIGO, essa conquista passa e muito por você.

Agradeço por este trabalho final de conclusão do curso de Produção Cultural, primeiramente aos meus pais, Marco Avellar e Alessandra Pinheiro, por todo carinho e dedicação com qual nos criaram. Sempre acreditaram na importância do aprendizado de base e na relevância de um diploma de Ensino Superior. A base familiar que nos proporcionaram foram fatores determinantes para que alcançássemos nossos objetivos.

Aos meus irmãos de sangue Giordano e Lucas Avellar, e tantos outros que a vida me deu. Obrigado por serem meus alicerces, hoje meu coração se divide em vários e acompanha cada um de vocês.

Aos meus amigos e familiares, obrigados pela compreensão e desculpa pelas ausências notadas em eventos e ocasiões especiais. Com isso aprendi a dar mais valor aos momentos que podemos estar juntos, e acreditar menos em barreiras físicas.

A todos os professores e funcionários do Colégio Sion onde tive toda minha base escolar e sempre foram muito presentes ao longo da minha trajetória e que mesmo com o passar dos anos ainda consigo reconhecer cada vez mais a importância de cada um de vocês tiveram na minha vida. Nesse colégio, onde passei a maior parte da minha vida e onde estão algumas de minhas memórias e lembranças mais afetivas, conheci pessoas incríveis de verdade e por vários motivos. Gostaria de lembrar de três professores em especial que passaram pela minha vida e que não poderão ver desse plano que eu consegui alcançar este objetivo. Chico, eu nunca fui bom em aproveitar seus ensinamentos de Matemática, mas consegui com você aprender muito mais sobre ser uma pessoa melhor. Cristiano, obrigado por me fazer gostar de História. Nossa convivência e conversas ainda estão na memória e sua trajetória de vida ainda é fonte de inspiração. Rody Cezar, meu amigo e treinador, com você aprendi a querer sempre mais, obrigado por toda preocupação, por explorar meus talentos e principalmente por acreditar no meu potencial.

Aos meus mestres da UFF, meu agradecimento por não desistirem de mim e sempre estarem dispostos ao diálogo e compreensão de um produtor em formação acadêmica, mas com diversos trabalhos profissionais em curso. A dedicação de vocês foi fundamental para que eu pudesse passar por todas as etapas do curso.

Dentre os professores da graduação, agradeço em especial a minha professora e orientadora Flávia Lages, com quem tive aulas incríveis e envolventes. Suas habilidades, métodos, carinho e paciência tiveram fundamental importância para a conclusão deste trabalho.

A todos os mestres que passaram pelo meu caminho, o meu eterno carinho e gratidão.

Na universidade, o destino colocou três mulheres especiais em minha vida. Maria Gabriela, Alessia Catani e Bruna Zsigmond. Eu não teria chegado lá sem vocês, obrigado por toda força e companheirismo.

Não posso esquecer jamais dos meus chefes e superiores de diversos trabalhos realizados ao longo da faculdade, que sempre entenderam a importância da conclusão de um curso como esse, e nunca me fizeram optar entre o trabalho e a graduação. Aqui cito nominalmente cada um de vocês e reforço para sempre meu respeito e gratidão por isso: Thaty Taranto; Fabio Campos, Jenny Mezencio, Bianca Caruso, Marcia Sandrin, Ioná Zalcborg, Carla Reis, Edson Lopes, Leo Delgado e Frederico Reder.

Por último, mas não menos importante, aos meus cachorros, por que não? Zulu, Nina, Pretinha e Denny. Meus “cãopanheiros”, filhos, amigos que estiveram comigo em diversas etapas até chegar ao término deste trabalho. Amo vocês.

Segure uma xícara exalando o aroma de
um bom café e você estará com a
História em suas mãos”.

Autor desconhecido

RESUMO

AVELLAR, Bruno. *Vozes do século XIX: A Fazenda Ponte Alta e seus usos atuais* (Graduação em Produção Cultural) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

Será tratada neste trabalho a questão da produção cultural em locais históricos, justamente se apropriando desse passado não tão distante, ainda mais se tratando da história de pouco mais de quinhentos anos do Brasil e, principalmente, todas as marcas que deixou nessas estruturas históricas, além de reflexos vistos na própria sociedade brasileira.

Será observado como uma região teve tanta importância um país inteiro, como um único produto foi responsável por sustentar a economia do país e que a chegada dele não ocorreu de forma casual.

Serão abordados conceitos de “cultura” e alguns instrumentos criados para preservação dela. Também será abordado o tema do turismo, seus conceitos, segmentos e importância em diversos âmbitos.

Introduziremos o conceito de “espaço na forma de cultura” e o demonstraremos para entender até que ponto esta, que está cada dia mais presente e em todos os lugares, exercendo um grande poder sobre espaços e em nossa cultura em geral.

Analisaremos também o processo percorrido para que uma antiga fazenda produtora de café pudesse aproveitar todo o histórico do próprio lugar e região, para que passasse a produzir cultura a partir dele.

Também será observada a importância deste lugar para que visitantes tenham acesso a informações sobre os costumes, hábitos e aspectos multidisciplinares, podendo ele ser de diversos graus de conhecimento e aprofundamento.

Palavras-chave: café; barão; escravo; cultura; turismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da região do Vale do Paraíba	p. 17
Figura 2. Mapa da expansão do café durante o século XIX	p. 21
Figura 3. Mapa da Fazenda Santa Cruz. Pousada Fazenda Ponte Alta	p. 22
Figura 4. Mapa da sesmarias. Pousada Fazenda Ponte Alta	p. 23
Figura 5. Casa grande	p. 64
Figura 6. Vista da casa grande para o quadrilátero funcional	p. 64
Figura 7. Apresentação do Sarau Histórico	p. 73
Figura 8. Baile do Barão com visitantes dançando músicas e ritmos da época ..	p. 73
Figura 9. Baile do Barão com visitantes dançando músicas e ritmos da época ..	p. 74
Figura 10. Grupo de visitantes com trajes de época	p. 74
Figura 11. Artefatos do Museu dos Escravos	p. 77
Figura 12. Artefatos do Museu dos Escravos	p. 77
Figura 13. Artefatos do Museu dos Escravos	p. 78
Figura 14. Visita ao Museu do Escravo	p. 78
Figura 15. Visita ao Museu do Escravo	p. 79
Figura 16. Registro do Museu do Escravo no IBRAM	p. 80
Figura 17. Apresentação de jongo e turismo pedagógico	p. 87
Figura 18. Caminhada ecológica	p. 87
Figura 19. Dinâmica ambiental	p. 88
Figura 20. Mapa Preservale: fazendas da região	p. 89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
CAPÍTULO 1: O Vale do Paraíba: Rio de Janeiro e São Paulo	p. 16
1.1. Vamos iniciar a nossa viagem no tempo!	p. 16
1.2. A origem do café	p. 18
1.3. O café no Brasil	p. 19
1.4. Grandes cafezais: os latifúndios	p. 21
1.4.1. O processo para a produção do café	p. 24
1.4.2. A vida nas fazendas e arredores no século XIX	p. 26
1.5. “O Brasil é o café; o café é negro”. (Silveira Martins)	p. 30
1.6. Barões do Café	p. 36
1.7. O café como produto de sustentação da economia brasileira	p. 38
1.8. A decadência do Vale do Paraíba	p. 41
CAPÍTULO 2	p. 43
2.1. Qual seria o significado de “turismo”?	p. 43
2.2. Ecoturismo	p. 47
2.3. Turismo cultural e patrimônio	p. 50
2.3.1. Patrimônio	p. 50
2.3.2. Turismo cultural	p. 54
2.3.3. Valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura	p. 57
2.4. Turismo rural	p. 58
CAPÍTULO 3: A interface entre os aspectos teóricos da produção cultural e o espaço não formal - a produção sociocultural no cotidiano da Pousada Fazenda Ponte Alta	p. 63

3.1. A Fazenda Ponte Alta	p. 63
3.2. PFPA - Pousada Fazenda Ponte Alta	p. 68
3.3. Atividades culturais desenvolvidas	p. 71
3.3.1. O Sarau Histórico	p. 71
3.3.2. Gege na Ponte Alta, um sarau histórico	p. 75
3.3.3. Museu do Escravo	p. 76
3.3.4. Polo acadêmico	p. 82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 91
REFERÊNCIAS	p. 95

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa entender um pouco mais sobre a história da região do Vale do Paraíba e se ela teve real importância para o Brasil em um período não tão distante. Saber de onde surge o café e o caminho que ele percorreu no mundo até chegar em solo brasileiro, sob a cobiça de diversas nações. Perceber se realmente houve esse contraste entre o tamanho de um pequeno grão de produto e a sua imensa importância para todo um período, sendo responsável pelo sustento da economia nacional.

Vamos conhecer os atores sociais que fizeram parte não só desse lugar, mas da história do Brasil. Descobrir como latifundiários tiveram acesso às terras, barões aos títulos de nobreza e a saga percorrida pelos escravos até obterem sua liberdade. Todos estes são personagens reais, que protagonizaram este período e que talvez sejam a forma vertical de como se deu essa relação, que perdurou ao longo de anos, talvez seja necessária para entender a formação da sociedade que temos hoje.

Vamos entender que com a decadência do café na região do Vale do Paraíba foi necessário migrar para outras atividades econômicas. Serão percorridos algumas atividades e alguns conceitos para entendermos outros, históricos da cultura e turismo, nas suas mais diversas especificidades ou amplitudes, formas, formatos e alcances.

Vamos descobrir como as fazendas do século XIX, que tiveram fundamental importância no desenvolvimento do café, principal produto brasileiro do período e responsável pela economia brasileira, passam de estruturas agrícolas a estruturas históricas, e assim, continuam tendo importância, agora no campo histórico, baseada justamente em todo o seu passado e que através dele desenvolvem-se atividades culturais e turísticas em esfera local, regional e nacional. Como tudo isso pode influenciar toda uma região e que pode ser trabalhado em múltiplos interesses, tendo como principais guias a vivência através da experiência.

É importante frisar que a escolha do tema não ocorreu de maneira aleatória. Ao longo de dez anos eu tive a oportunidade de acompanhar saídas pedagógicas de grupos de diversas instituições de ensino, das mais variadas faixas etárias e poder aquisitivo. Como aluno do Ensino Fundamental, pude sentir como o trabalho realizado em um lugar desses pode ser importante para o aprendizado. Como

fotógrafo, monitor e responsável por parte das atividades desempenhadas na região, em diversas saídas eu pude presenciar o aproveitamento das crianças em atividades realizadas em ambientes como estes. Também vale apenas esclarecer que a escolha do objeto de estudo não foi feita de forma pura e simplesmente pessoal. O local é pioneiro no Turismo Cultural da região e sua estrutura encontra-se em grande estado de preservação, mantendo estruturas originais, restaurando artigos da época e investindo cada vez mais em atividades e produtos culturais, atraindo visitantes com os mais diversos interesses, gerando receitas para manter estabelecimentos como esse e que, através das atividades desenvolvidas neles, possa se preservar e valorizar essa cultura. Também é de fundamental relevância expor que a partir dessas experiências vividas ao longo de tanto tempo que acabou me levando a certeza de que eu queria ser um produtor cultural.

Usando como objeto de estudo a ser trabalhado a Pousada Fazenda Ponte Alta, será verificado se há alguma importância na história, desde sua fundação, no ano de 1830 até os dias atuais. Procuraremos ver se ele é um autêntico exemplar de fazenda da época e se é um legítimo produtor cultural. Vamos saber quais as origens das atividades culturais desenvolvidas no lugar e saber se existe alguma real relação com o passado. Por fim, tentaremos entender se ela se limita a um lugar histórico e cultural ou se ela possui diversos caminhos de possibilidades a serem percorridos.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho será a ampla pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com os administradores do espaço, e atores responsáveis pelas atividades culturais da PFPA, além de pessoas que utilizaram ou ainda utilizam esse espaço de alguma forma.

A estrutura do trabalho será dividida em três capítulos, com objetivo de seguir alguns caminhos que facilitem o entendimento do contexto da história, dos elementos e dos processos pelos quais eles percorreram.

No primeiro capítulo abordaremos a parte histórica da região do Vale do Paraíba, do café enquanto produto agrícola e principal produto de sustento da economia brasileira. Serão abordados personagens que fizeram parte daquele período e a importância que todos eles tiveram na sociedade. Por fim a decadência da região e de toda essa estrutura.

No segundo capítulo trataremos sobre as alternativas encontradas para reavivar essas antigas cidades, que com o declínio de toda uma era, precisam

encontrar algumas alternativas para se manter. Dentre essas alternativas, são apresentadas conceitos e segmentos do turismo e da cultura, principais alternativas que mutuamente acabam se beneficiando justamente de toda essa história vivida para que se enquadre em diversos segmentos de maneira isolada ou conjugada.

No terceiro e último capítulo, já estaremos entrando no objeto de estudo, a Pousada Fazenda Ponte Alta, na qual serão aplicados conceitos e temas abordados ao longo de todo o trabalho e que deverão ser apresentados de maneira que consiga demonstrar se agrega valor ou não ao local.

CAPÍTULO 1

O Vale do Paraíba: Rio de Janeiro e São Paulo

1.1. Vamos iniciar a nossa viagem no tempo!

Partiremos do século XIX e falaremos sobre a cafeicultura da época, seus aspectos e particularidades, como a monocultura e exportação, passando pelos personagens que protagonizaram tal período, como escravos, barões do café, suas famílias e o modo de vida que levavam nas suas terras e fazendas. Para isso, vamos por o “pé na estrada”, analisando o cenário que serviu de pano de fundo para todos esses elementos: o local conhecido como Vale do Paraíba. A denominação dessa localidade em nada tem relação com a região Nordeste do Brasil, e sim com o fato de que é a partir desta região que se forma a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Localizada geograficamente entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, abrange os municípios paulistas de Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba; já os municípios fluminenses são: Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro Volta Redonda.



Figura 1. Mapa da região do Vale do Paraíba.

A história do Vale é intrínseca ao ciclo econômico do café, e é inegável que essa plantinha trouxe prestígio social e político para a região. Podemos considerar este período como o grande ápice da história local; entretanto, não foi o primeiro momento em que o Vale do Paraíba apareceu no mapa histórico do Brasil.

Não é nenhuma novidade a presença de indígenas na “descoberta” do Brasil, afinal sabemos que eles habitavam estas terras bem antes dos homens autointitulados “civilizados”. O que talvez possa não ser de conhecimento geral é a presença autóctone de duas etnias nas terras do Vale histórico:

[...] litoral brasileiro abrigou os tupi-guaranis, dos quais duas importantes nações vieram povoar o Vale do Paraíba: os Tuppin Inba ou Tupinambás, considerados por diversos historiadores como “o povo tupi por excelência”; e os Tuppin Ikin ou Tupiniquins, vizinhos dos Tupinambás.[...]. (COELHO E FERNANDES, 2013, p. 82).

É claro que existe uma vasta história de vida dos indígenas ao longo de todos os anos em que antecederam a descoberta do Brasil e posteriormente. Na região do Vale não é diferente, embora não nos aprofundemos aqui neste tema. O fato é que este local possuía condições favoráveis para o cultivo da planta e em

pouco tempo os indígenas foram expulsos da região – assim como em outros momentos da História, muitas vezes de forma desumana, para dar lugar ao desenvolvimento econômico da terra.

A escolha deste local não ocorreu de forma aleatória. A cultura dos cafezais seguiu em direção ao Vale, pois nele se tinha vastas matas virgens, solo propício e clima adequado para o plantio das mudas. Além disso, a região já possuía vias de transporte, o que facilitaria o acesso ao local e posteriormente o escoamento da produção:

O cultivo em áreas próximas ao mar, como as das cercanias do Rio de Janeiro, não produzia um café tão bom e rentável quanto o de terras com altitudes mais elevadas e solos mais adequados. Daí as terras do Vale do Paraíba se tornarem mais propícias a uma exploração com fins comerciais. (FARIA, 2005, p. 8).

1.2. A origem do café

“Segure uma xícara exalando o aroma de um bom café e você estará com a História em suas mãos”. Esse ditado de autor desconhecido exprime em poucas palavras a tradição e a história relacionada a esse produto que mexe com os sentidos humanos e a muito tempo com a economia brasileira.

Sobre o grão, somente podemos afirmar, com absoluta certeza, que ele é oriundo de um arbusto, o cafeeiro. De resto, até ele chegar em solo brasileiro, as histórias e suas versões se alternam e confundem com as lendas sobre esses caminhos percorridos, os costumes e os hábitos de consumo, além do processo seguido até ele virar o produto que o sustentou o Brasil no século XIX e está presente até os dias de hoje nas mesas das famílias mundo afora.

Há relatos de que ele foi achado aproximadamente no ano de 525 d.C. e seria de origem Etíope, no antigo território da Abissínia. Em 575 d.C. foi evidenciado em manuscritos, no território árabe do Iêmen, onde se revelava o seu consumo de maneira comestível. Essa descoberta teria ocorrido, supostamente, de forma casual. “Rezam lendas” que um pastor (há quem diga de cabras e outros de camelos) teria percebido que seu rebanho ficava mais ágil, disposto e resistente após comer aquela flor e aquele fruto. Tomado pela curiosidade dos respectivos efeitos, o pastor consumiu o insumo, e seus reflexos também foram vivenciados por ele, que

constatou pessoalmente a ligação entre o consumo do café e comportamento posterior. (SCANTIMBURGO,1980, p. 16).

Existem também versões dessas lendas sobre como os monges tiveram acesso ao produto, mas elas também convergem para o lêmén, onde é certo que eles faziam uso medicinal do café, para que pudessem ter mais dedicação e foco nas suas rezas e vigílias.

O consumo foi se popularizando pelo país e regiões, e ao passar dos anos, com a proximidade do mercado europeu, o produto foi introduzido na Itália, já no século XVII, basicamente na mesa das famílias mais abastadas, já que o alto preço cobrado por ele o tornava sinônimo de luxo e riqueza.

O produto foi se popularizando e com isso, naturalmente, o seu nível de consumo foi elevado. Dessa forma, também cresciam os interesses comerciais e financeiros que vinham com ele. Não bastava só o seu consumo; com todo este destaque econômico, desejava-se obter as mudas ou sementes para que o continente passasse de consumidor passivo a grande produtor de café.

As primeiras mudas chegaram à Europa em 1616, através dos holandeses. Os franceses também se apressaram para cultivar o produto e, através de mudas presenteadas pelos próprios pioneiros no continente, iniciaram a produção, onde posteriormente a expandiram para suas colônias continentais, como a Guiana Francesa, e para ilhas na América Central, como a Martinica.

O produto tinha um rigoroso controle e fiscalização, além de uma ordem expressa: Era proibida a venda de café capaz de nascer, o que exprimia com exatidão a preocupação de que outros países tivessem acesso tanto à produção cafeeira, quanto ao promissor sucesso que o grão poderia lhes proporcionar. A preocupação tinha fundamento, mas o rigor no controle e fiscalização não foi suficiente para que esse sabor inconfundível chegasse a terras brasileiras.

1.3. O café no Brasil

A chegada do café no Brasil, em 1727, passa por um homem, seu nome e sobrenome: Francisco de Melo Palheta, oficial militar que tinha justamente esta incumbência, de forma bem objetiva segundo orientações do governador do Pará João Maia da Gama:

Se acaso entrar em quintal ou jardim ou roça aonde houver café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pode esconder algum par de grãos com todo o disfarce e com toda a cautela e recomendará ao dito cabo que volte com toda a brevidade e que não tome coisa alguma fiada aos franceses, nem trate com eles negócio. (MARTINS, 2010, p. 20).

Não se sabe ao certo o *modus operandi* de Palheta para cumprir com sua missão. Uma das hipóteses levantadas é a de que ele teria seduzido a esposa do governador da Guiana Francesa Claude d'Orvilliers, com quem teria se relacionado, e que ela teria lhe presenteado com plantas, mudas ou sementes, em quantidade suficiente para que ele fosse capaz de iniciar uma produção. Há quem considere este o café surge no Brasil como uma bem-sucedida empresa de biopirataria (PRYORE apud RASPANTI, 2016.). Não se sabe ao certo se a chegada do produto em solo brasileiro deve-se a este caso amoroso ou por outro real motivo; certo é que o oficial retornou ao Brasil, mais precisamente no Pará, trazendo em sua bagagem o cobiçado tesouro com todo o seu potencial de geração de desenvolvimento e progresso econômico do país. Como nota de curiosidade, a primeira marca de café brasileiro e existente até os dias de hoje leva o nome deste pioneiro: o Café Palheta.

Mas este tipo de desenvolvimento econômico em forma de arbusto não colheu tantos frutos no Norte do país, muito devido ao fato de a planta possuir características tropicais. Logo, dependeria de iguais condições para que prosperasse. Em 1762, foram trazidas algumas mudas para o Rio de Janeiro. Curiosamente, mais uma vez, religiosos tiveram participação na história do café e sabendo de seu valor comercial e propriedades medicinais, cultivaram a planta. (MARTINS, 2010, p. 23). Com isso, faltaria a sua entrada no circuito dos lavradores.

No início houve resistência no cultivo do produto porque os rústicos trabalhadores das terras já estavam acomodados ao processo do plantio dos canaviais. Com o passar do tempo eles foram convencidos de que essa cultura encontraria condições climáticas e econômicas favoráveis em suas terras, principalmente porque os seus produtos cultivados, entre outros que em algum momento chefiaram a economia brasileira, já apresentavam sinais de fraqueza. O ouro já não se encontrava com a mesma facilidade nas minas e o açúcar proveniente do cultivo da cana começava a declinar, ainda mais se levasse em consideração o peso e valor que já tivera. Além disso, o açúcar produzido no Brasil enfrentava a concorrência do açúcar antilhano, controlado pelos holandeses e produzido a partir da beterraba.

Neste cenário, o café encontrava cada vez mais terreno para entrar em produção, ainda mais porque as adaptações necessárias para que o engenho se adequasse à cafeicultura eram simples. Como se não bastasse todos esses fatores favoráveis, ainda havia o mercado, onde se encontrava uma demanda em franca expansão, que ainda contava com incentivos do Governo.

Curiosamente, antes do café seguir para o norte fluminense e oeste paulista, ele foi cultivado no que hoje conhecemos como a capital carioca, em montanhas como Corcovado, Tijuca e Gávea. A primeira fase de grande expansão cafeeira para a região do Vale do Paraíba deve-se muito a chegada da família real e sua corte ao Brasil, em 1808. Graças a este evento surgiram os grandes cafezais da época.



Figura 2. Mapa da expansão do café durante o século XIX.

1.4. Grandes cafezais: os latifúndios

“Ainda não há pesquisas históricas que expliquem satisfatoriamente de onde veio o capital para a formação das primeiras fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba” (FARIA, 2005, p. 9). O que é sabido é que para o cultivo do café em si eram necessários alguns elementos, e em caso dessa cultura ter de ocorrer em larga escala, era preciso ainda mais cuidados. Dentre eles podemos destacar as terras, as mudas de café, a mão-de-obra, além de maquinaria e animais. Ou seja, era necessário possuir um belo capital inicial para investir em um produto que tem média de aproximadamente cinco anos para que seja possível iniciar a sua colheita.

A terra, por incrível que pareça, não era onde se faziam necessário grandes investimentos, inclusive, grande parte dos latifúndios que compuseram o período norteado pelo café, foram doados pelo sistema de sesmarias, meio pelo qual eram realizadas as doações de terras. Adotado pelo rei, esse método concedia lugares para que pessoas com posses, interesse de produção e condições para tal, pudessem iniciar a sua cultura. Foram contemplados em sua maioria, comerciantes de grande porte e grupos sociais da elite, demonstrando assim que havia interesses explícitos nas contemplações feitas pelo monarca.

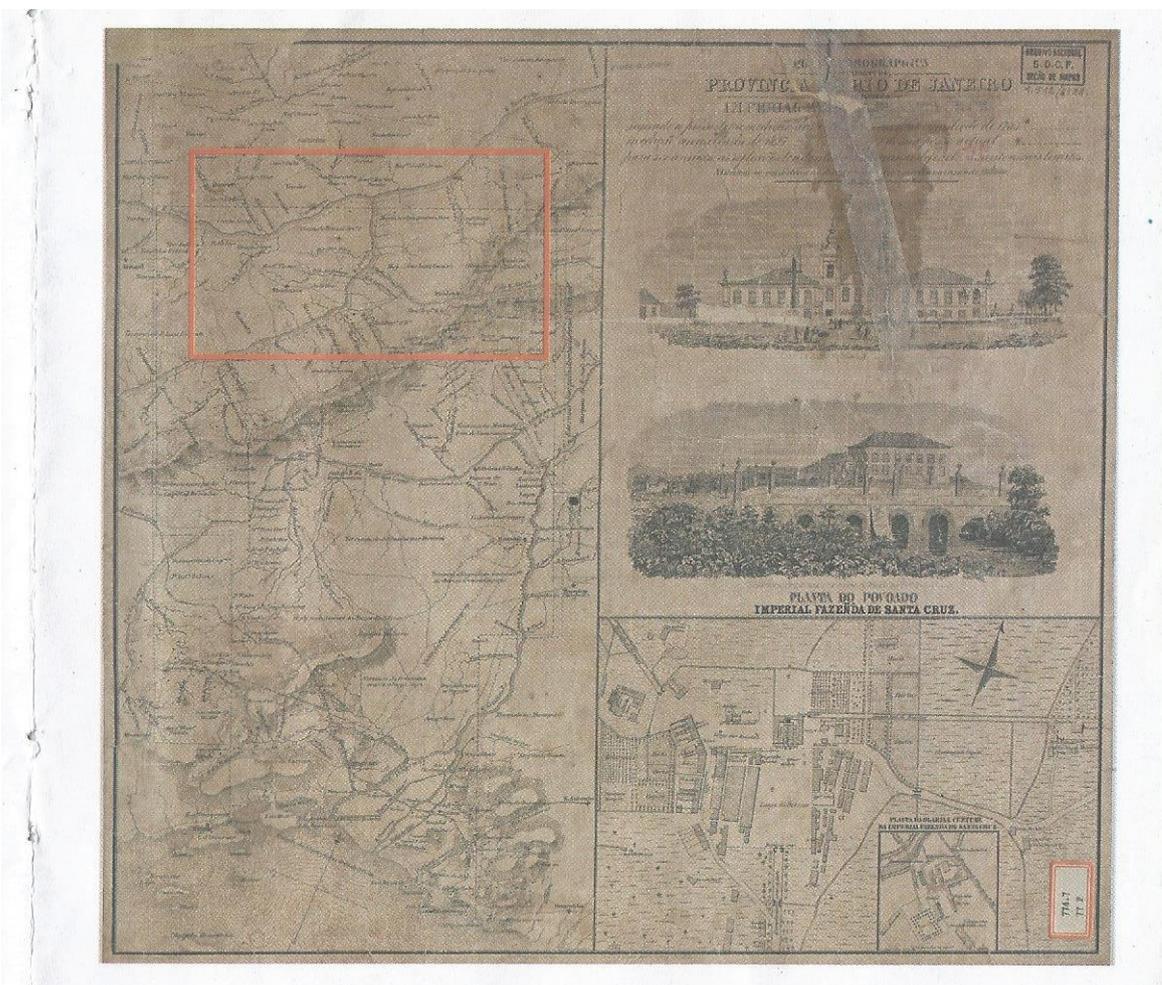


Figura 3. Mapa da Fazenda Santa Cruz. Pousada Fazenda Ponte Alta.

da terra até a colheita dos frutos; por último temos a exportação ou destino final do produto, que apesar de abastecer também algumas partes do mercado interno, era muito mais direcionado ao mercado externo, a quem se desejava atender e onde obtinha os números significativos, comercialmente falando.

1.4.1. O processo para a produção do café

As técnicas agrícolas utilizadas no processo pelos cafeicultores do Vale eram rudimentares. Primeiro, os escravos desmatavam a terra, muitas vezes matas virgens, ou seja, que ainda não haviam passado por nenhum outro processo agrícola. Feito isso, era a hora dos negros realizarem o plantio das mudas. Como já dito anteriormente, havia uma variação de quatro a seis anos entre o plantio de mudas e colheita dos grãos. Para a manutenção destes cafezais eram necessárias apenas ferramentas manuais como enxadas e foices.

Após o tempo necessário dedicado ao plantio, a colheita do produto era feita de forma totalmente manual, e após ela, os grãos eram lavados com intuito de retirada de impurezas misturados a ele, como pedaços de madeira, terra e folhas. Posteriormente, eram colocados para secar em terreiros, grandes espaços descampados que poderiam ser de terra ou até mesmo cimentados, no caso de grandes e prósperas propriedades. Após essa secagem ao Sol, durante muitos dias, o café passava por um processo denominado de beneficiamento, ou seja, era retirada a película que envolve este grão com o auxílio do monjolo, uma rústica ferramenta composta por pilões, movidos pela força da água. Com os grãos beneficiados, o armazenamento era feito em um local limpo, seco e arejado, chamado de tulha. E finalmente o café estava pronto para ser pesado, ensacado e transportado, para então ser comercializado.

Entram em cena algumas figuras centrais, que em nada influenciavam no processo de cultivo do café, mas por outro lado, tinham fundamental importância para a comercialização do grão enquanto produto final. A primeira delas eram os tropeiros, que eram os responsáveis pelo escoamento das sacas produzidas até os portos de embarque. Esses transportes eram realizados no lombo de mulas, que levavam o produto até o porto e posteriormente às ferrovias, construídas graças ao sucesso da produção e gradativa geração de receita.

Outras figuras de fundamental importância eram os comissários do café, que respondiam pelos interesses do fazendeiro na negociação do café, e por esse serviço, ficavam com uma comissão, ou seja, parte dos valores obtidos nessa transação. Também tinham os exportadores, responsáveis pela distribuição do produto além Brasil.

Impulsionada pela tração humana, brotavam na região do Vale do Paraíba grandes cafezais e em pouco tempo, no ano de 1820, o produto vinha a se tornar o terceiro maior produto de exportação brasileira, passando a figurar, dez anos depois, no topo deste ranking. Claro que isso incentivava os fazendeiros, que mesmo contraindo muitas dívidas para a instalação ou manutenção dos cafezais, ainda conseguiriam obter seus lucros. Existia até um ciclo de financiamento dos cafezais, onde o próprio café serviria de moeda para quitação de empréstimos concedidos aos produtores, para que a lavoura prosperasse.

Produtos	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	2,7
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	1,6
Total	72,1	81,1	78,4	78,4	80,0	82,5	79,9

Fonte da tabela: CANABRAVA, Alice P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 144.

As fazendas cada vez mais passariam a viver em função deste produto, que antes tinha atenção e cultivo dividido com outras culturas. Com isso, adota-se na região fazendas e fazendeiros especializados no cultivo do café. Com toda essa exclusividade conquistada pelo novo produto no meio do século XIX, surgem os grandes fazendeiros e as grandes fazendas, cada vez mais funcionais e com a casa grande, habitação luxuosa onde o proprietário da terra residia, junto a sua família. Multiplica-se a quantidade de escravos, um patrimônio cada vez mais valioso. Tudo isso em propriedades a perder as terras de vista. Segundo Carlos Gabriel Guimarães, “este período significou o auge dos cafeicultores” no Vale do Paraíba. (GUIMARÃES, 2010, p. 25).

As fazendas iam crescendo, e dentro delas toda uma vida acontecia. São hábitos e costumes, que tinham relação com o período e com o modo de vida levados por toda essa gente.

1.4.2. A vida nas fazendas e arredores no século XIX

Durante o século XIX foi criada toda uma estrutura para atender aos interesses financeiros e comerciais dos fazendeiros, mas também não era possível se esquecer dos cuidados com suas famílias e, principalmente, com a imagem perante a sociedade da época. Sendo assim, as propriedades rurais não eram compostas apenas por uma área exclusiva para lavoura. Havia todo um conjunto de relações socioeconômicas acontecendo dentro da grande propriedade, tanto nas plantações com os escravos, quanto em outras edificações ligadas diretas ou indiretamente com os cuidados da lida.

Quanto mais o café prosperava, mais complexas eram a estrutura, decoração e as construções das fazendas. O sucesso da lida refletia quase que diretamente nas dependências sociais das propriedades, ao contrário dos senhores de engenho e dos próprios fazendeiros do início do período do café, que tinham como marcas em suas propriedades a simplicidade, inclusive na decoração dos cômodos. Neste segundo caso, alguns autores afirmam que era a fase de investimento em escravos para mão de obra e maquinaria para produção, por isso as estruturas das dependências das fazendas não eram tão aprimoradas.

Já os grandes fazendeiros da segunda metade do século XIX, tinham como marca em suas residências os novos padrões da modernidade europeia, afinal, há tempos os padrões europeus têm suas tendências reconhecidas e seguidas e no século XIX, parecer com a Europa desenvolvida, mesmo que em alguns pequenos detalhes, era sinal de prestígio perante aos pares do reino. Neste período, alguns autores já evidenciam que era a fase da bonança, proveniente dos ganhos investidos em um primeiro momento nas lavouras.

As propriedades rurais começavam a ganhar aspectos de urbanas no que diz respeito a modernidade, e para isso, antigos procedimentos e materiais utilizados precisaram ser substituídos, e assim possibilitar que tais construções fossem

atualizadas, assumindo as tendências “civilizatórias” como se dizia na época, ou simplesmente europeias, como podemos nos referir nos dias de hoje.

As mesmas paredes que foram erguidas para abrigar a história desses senhores serviram de testemunhas para retratar os modos de vida da época. Elas foram, e muitas ainda são, exemplos do símbolo de poder dos empresários do ramo, e possuem fundamental importância para a compreensão do modo de vida adotado pela sociedade do período.

Alguns autores sinalizam qual seria o fator determinante para a escolha do exato local onde seriam erguidas as edificações. Valverde determina com precisão a localização em que os imóveis deveriam ser construídos: “Perto do rio, mas fora do alcance de suas enchentes. Sobre um terraço ou na base de uma encosta [...]”. (VALVERDE, 1973, p. 5). Claro que tais locais tinham um conceito estratégico, afinal, estar perto de um local que pudesse fornecer água para a vida no cotidiano da casa, para os trabalhos domésticos ou mesmo nas funções agrícolas, sem muito esforço logístico, era de suma importância, e assim, tal proximidade, com as ressalvas destacadas pelo autor, era o fator chave para evitar problemas futuros.

Outra característica comum revelada por pesquisadores é a presença de um tipo de estrutura nessas unidades agrícolas. Tal composição fazia parte do quadro relacionado à cadeia produtiva da lavoura do café. Por isso foi denominado como “quadrilátero funcional”. Esta estrutura era geralmente composta pela casa grande, senzala, os engenhos, as tulhas, o paiol, os armazéns, as estrebarias e os chiqueiros. Tudo isso dividido em um espaço quadrangular, o que permitia que o senhor de café tivesse todas as atividades que ocorria nesses locais, acontecendo sempre às suas vistas e assim mantendo o controle de todo o processo, algo muito semelhante aos engenhos açucareiros que dominaram o cenário econômico colonial brasileiro, anteriormente.

Abaixo podemos ver de maneira resumida as estruturas básicas pertencentes às grandes propriedades cafeiculturas, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RJ):

1. Casa grande - habitação do senhor e de sua família, normalmente composta de compartimentos próprios a uma residência, incluída a capela ou oratório;
2. Casa do administrador - nas unidades de maior porte ou nas fazendas “filiais” havia ainda a residência do administrador;
3. Senzala - habitação dos escravos, composta apenas de quartos de dormir;

4. Engenho - para beneficiamento do café, com o maquinário movido por sistema hidráulico [...]
5. Tulha - parte do complexo do engenho, era o local para armazenagem dos produtos agrícolas;
6. Terreiro de café - onde se lavava e secava o café.
7. Enfermaria - numa região sujeita a constantes epidemias provocadas, entre outras coisas, pelas péssimas condições de vida dos escravos. (SEBRAE RJ).

Essa última pode ser considerada a mais curiosa. Ela foi projetada não por pura generosidade ou caridade por parte dos latifundiários, e sim porque se fez ainda mais necessária, devido às seguidas leis que tinham como objetivo a proibição do tráfico negreiro, em especial, a Lei Eusébio de Queirós, assinada em 1850, que pretendia dar um fim definitivo ao tráfico de escravos no Atlântico. O que significava que o escravo, a principal força de trabalho da região, ficou ainda mais caro e valorizado, logo, deveria ser mais bem cuidado.

Voltando as dependências da casa, as estruturas das construções foram se modificando conforme o café ia prosperando. Antes, o lugar onde se trabalhava e onde se dormia se misturavam, mas com o passar do tempo eles foram sendo separados cada vez mais, assim como outras divisórias da propriedade, sejam elas compostas por pomares, jardins ou até mesmo excentricidades, como tanques de azulejos com peixinhos coloridos. O importante era diferenciar a ala da família afortunada do espaço reservado à criadagem. Mas no auge do período cafeeiro, o grande divisor de espaços foi justamente o símbolo maior, o café, que com seus imensos terreiros passaram a distanciar as instalações cotidianas domésticas das agrícolas, assim, o contato entre os escravos e proprietários foi ficando cada vez mais distanciado. Dentro deste novo esquema, a casa principal onde morava a família proprietária da fazenda era denominada casa de morada ou vivenda e possuíam, em sua maioria, dois pavimentos com muitas janelas guilhotinas e um grande número de aposentos, que eram os locais onde pessoas de fora eram recepcionadas, conforme indica o SEBRAE:

Os proprietários rurais acolhiam viajantes e ilustres visitantes, tendo recepcionado pesquisadores e artistas estrangeiros e membros da Corte, inclusive o imperador D. Pedro II e sua comitiva. Muitas dessas sedes ficaram conhecidas por promover jantares, reuniões culturais e saraus com músicos europeus. (SEBRAE RJ).

Um detalhe em comum era a presença de capelas, destinadas às celebrações, comemorações e missas. Curioso é o fato de que muitos escravos

podiam frequentar essas atividades e de fato o faziam, em um raro momento de convivência com os patrões, além, é claro, das atividades exercidas por eles.

O autor Orlando Valverde traz em sua obra um comentário de Van Delden Laerne sobre essas estruturas que em geral formavam a fazendas de café da época: “Aquele conjunto de casarões austeros e muralhas, ao redor de um quadrado [muitas vezes] desnudo e pavimentado, tinha um aspecto triste, lembrando mais uma fortificação do que um estabelecimento agrícola”. (LAERNE, apud VALVERDE, 1973, p. 8). Valverde complementa dizendo que muitas fazendas de café tinham sido denominadas como “fortalezas”.

Aos grandes senhores detentores do “ouro verde”, também são atribuídos outros imóveis, inspirados novamente na cultura vinda da Europa. Os palacetes, ou solar na vila, eram residências urbanas no interior, reservadas para as interações sociais com os seus pares. Eram lá que ocorriam festas dedicadas às comemorações religiosas ou em homenagem a alguém de sua estima ou interesse.

Evidentemente, toda esta trama teve muitos envolvidos, e cada um desempenhou o seu papel, tendo relevância na História, contribuindo para que ela tenha ocorrido no passado e que possa ser notabilizada no presente. Mas dois desses personagens foram, sem dúvida, os mais importantes. De tamanha força que tiveram para o período, devem ser trabalhados em um aspecto amplo, ou seja, devem ser percebidos de uma maneira geral, e não individual com destaque a personagens pontuais:

[...] No entanto, aqueles que, de fato, deram sustentabilidade a tamanha empreitada, foram os representantes diretos do capital e do trabalho: o fazendeiro e o escravo negro. [...] foram, realmente, as maiores e mais representativas figuras deste período e fizeram o Ciclo do Café no Vale acontecer. Os fazendeiros de café, genericamente chamados de “barões do café”, tenham ou não sido nobilitados como tal pelo Império, responsáveis pelo capital, pela abertura, consolidação, crescimento e administração das “Empresas Agrícolas do Café”, muitas delas verdadeiros feudos autônomos e fechados em si mesmos, e que só não produziam, *latu senso*, o ferro, o sal e o vinho; e o negro, mão-de-obra feita escrava na sua África natal que, verdadeiramente, produziu a riqueza verde (ouro verde) e tantos benefícios trouxe à cultura e à vida do país, a ele se incorporando definitivamente na sua formação racial e histórico cultural. (LIMA, 2008, p. 19-20).

O autor resume bem estas duas classes antagônicas, mas extremamente complementares e importantes para a cafeicultura no Vale.

1.5. “O Brasil é o café; o café é negro”. (Silveira Martins)

Partindo de seu princípio, a escravidão é a sujeição forçada de um ser humano por outro, relação onde ocorre exploração, seja ela física, sexual, psicológica ou ainda uma combinação delas. No caso do ciclo do café, essas diversas explorações ocorriam muitas vezes ao mesmo tempo. Vale frisar que o regime não teve origem no Brasil ou nas lavouras de café.

Infelizmente esta prática era comum, sendo realizada por diversas culturas em diferentes continentes – inclusive na África –, desde a Antiguidade. Geralmente um povo derrotado em uma batalha, acabava sendo escravizado pelo vencedor. E assim também ocorreu na Contemporaneidade. Ainda mais assustador é o fato de, ainda hoje, em algumas partes do mundo, encontrarmos trabalhadores vivendo em condições que são análogas à escravidão.

No Brasil, os escravos vieram no início do século XVI, para atender a produção dos engenhos de cana de açúcar no Nordeste. Eram trazidos de diversas regiões do continente africano pelo português colonizador, para gradativamente substituir a mão de obra indígena.

Nas lavouras de café do século XIX, a força de trabalho negra foi utilizada em larga escala. O escravo era considerado, desde sempre, uma mercadoria, sendo tratado como tal. Seus altos valores ainda podiam variar de acordo com as condições e características em que o negro se apresentava: os mais jovens e saudáveis poderiam valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos, o que exemplifica essa relação mercantil.

Os mercados de escravos eram abastecidos internamente por negros vindos da região Nordeste, após a decadência do açúcar. Mas os cativos, como também eram chamados, igualmente tinham origem em diferentes partes do continente africano, sendo que os que aqui vieram trabalhar nas plantações eram oriundos, em sua maioria, de Angola. Estima-se que entre os anos de 1790 e 1830 chegaram, somente no Rio de Janeiro, cerca de setecentos mil escravos. Traficados para o Brasil amontoados em condições sub-humanas, eram transportados nos porões de navios negreiros, também denominados “tumbeiros”, que deriva da palavra “tumba”, justamente porque devido à péssima estrutura, muitos não aguentavam a viagem e morriam durante a travessia. Esse também era um dos fatores do alto preço do

escravo: já quem nem todos chegavam ao seu destino final, o preço da perda do “produto” era repassado ao consumidor final através dos sobreviventes.

Do sistema escravagista, principalmente nas fazendas produtoras de café destacam-se não só a figura do escravo, mas também outros personagens ou elementos que são associados diretamente a eles. Como os capitães do mato, geralmente negros e pardos livres que tinham como função capturar o escravo em fuga e devolvê-lo ao seu dono. Faziam isto quando contratados ou em troca de uma recompensa oferecida pelos préstimos. Outra figura que também sempre esteve presente no assunto é a dos feitores, que tinham a função de vigiar e administrar as senzalas e os negros. A eles também cabiam aplicar os famosos e cruéis castigos em escravos que tinham alguma conduta que desagradava, ou ia contra os interesses e orientações do fazendeiro. Por isso, feitores e escravos sempre foram considerados inimigos.

Quando obtinham êxito em suas fugas, os escravos tinham como destino os quilombos, que eram os locais escondidos nas matas onde os negros que conseguiam fugir da fazenda e não serem capturados se abrigavam.

A rotina de um escravo das fazendas dependia muito do lugar e função em que ele ocupava dentro deste espaço. Isso porque nem todos os cativos trabalhavam na linha de frente das plantações. Alguns trabalhavam em serviços domésticos, outros eram escravos de ganho, e por serem realmente considerados uma mercadoria, muitos eram comprados, vendidos, ou até mesmo alugados, gerando renda para o seu dono. Independente de sua situação, era necessário manter sempre alinhada suas funções, para que nada saísse do controle, evitando assim, problemas como rebeliões e fugas. (FARIA, 2005, p. 44).

Em maior número nas plantações, estavam os “escravos produtivos”, que eram os responsáveis pela lida na lavoura. O cotidiano era árduo e sob intenso trabalho braçal, produziam entre quinze e dezoito horas diárias, em troca de roupas em farrapos e uma alimentação de péssima qualidade, composta basicamente de feijão, angu de milho, abóbora, farinha de mandioca, frutas da estação e carne seca. Eventualmente, eram lhes servido as partes do porco desprezadas pela casa grande.

Passavam os raros momentos de descanso na senzala, pequenas acomodações sem qualquer higiene e caso fizessem algo desagradável a seus superiores, eram submetidos a castigos físicos severos, não só com o objetivo de

punição pelo seu desvio, mas também para servir de exemplo para os demais não agirem de forma semelhante.

Já os “escravos domésticos” eram comuns tanto na área urbana quanto na rural. Esses tinham o contato mais próximo com a família e eram, por assim dizer, mais bem tratados do que os demais, pois cuidavam mais diretamente do bem estar cotidiano de seus proprietários. Tinham um convívio íntimo com os patrões e geralmente eram utilizados nos serviços domésticos, como o de cozinheiras e arrumadeiras e no cuidado com a família. “Pajens” e “mucamas” eram os escravos mais próximos, respectivamente dos senhores e senhoras, uma função que não existira em tempos anteriores, mesmo com o vasto histórico de escravidão. Também existiam a figura das “amas-de-leite”, que amamentavam os filhos das senhoras com seu próprio leite. Menos conhecido, ainda temos os “escravos hortelões”, que tinham como função o cuidado com a horta da família. (FARIA, 2005, p. 8). Em troca de seus serviços, eles levavam uma vida mais leve, se vestiam e se alimentavam melhor que os demais, dormindo, inclusive, na sede das fazendas e não tendo que se submeter aos aposentos degradantes das senzalas.¹

Porém, devemos ressaltar que o negro também reagiu à escravidão e sempre lutou e buscou uma vida digna. Foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os famosos quilombos. Estes eram comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus

¹ Nos perímetros urbanos, uma função que foi bastante explorado foi a dos “escravos de ganho”. Tal ofício vem abrir um precedente curioso e, porque não dizer, ousado: ele surge como um meio dos proprietários de escravos residentes na cidade obterem lucros em atividades externas, sendo que parte desses lucros ia para o negro como forma de incentivo e bonificação pelo trabalho realizado. Era um trabalho que podemos considerar mais “flexível”, mas vale ressaltar que em nenhum momento o escravo deixou de pertencer ao seu dono, a não ser com a compra da sua tão sonhada alforria, que seria possível caso ele conseguisse juntar por tempos seus ganhos com as atividades. Existiam diversas atividades que eram exercidas pelos escravos de ganho. Desde serviços simples exercidos pelos homens como de vendedores ambulantes e carregadores até mesmo cargos similares a uma verdadeira profissão, como barbeiros. As negras tinham destino mais certo nas atividades domésticas, nas cozinhas e como costureiras, lavadeiras e passadeiras de roupas. O caso mais curioso e incomum, ainda mais se baseando no contexto atual, era realizado por escravos conhecido como “tigres”, atividade reconhecida como a mais humilhante para um “escravo de ganho”. Naquela época o saneamento era bem limitado, e sendo assim, alguns escravos eram encarregados de transportar para valas ou lugares mais afastados vasos com excrementos recolhidos nas casas. Esse apelido foi dado em alusão às listras do animal, mas neste caso as marcas eram em decorrência dos resquícios dos dejetos humanos que escorriam dos recipientes. A amônia e ureia presentes deixavam listras brancas sobre as costas dos negros.

rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi. Havia, ainda, outras formas de resistência, como ataques aos proprietários, preservação de sua religião e língua nativa, mesmo dentro da propriedade, e abortos de mães, que não queriam dar à luz novos escravos.

Muito se fala ou se lê sobre as formas comuns de abuso e violência física sofrida pelos escravos, além de serem vítimas de assédio cultural e restrição de identidade. Os negros, além de serem privados de sua liberdade e sofrerem diversas imposições já mencionadas, ainda tinham que conviver com a proibição da prática de suas crenças, religiões, festas e rituais de matrizes africanas, ou seja, as suas referências culturais de origem, suas identidades. Como se já não bastasse não ser permitido de vivenciar seus hábitos e costumes, muitas vezes ainda eram impostos a praticar o dos outros, como a religião católica, e se comunicar por meio da língua portuguesa.

Há de se destacar também, em um momento em que ouvimos muitas palavras e termos como “resistência negra” ou “empoderamento negro”, que essa reação não é tão recente. O negro resistiu incansavelmente a todas as sanções impostas e restrições atribuídas às suas origens e não deixou a cultura africana se apagar. Muitas vezes, os escravos realizavam os rituais de forma clandestina, praticando suas festas e mantendo suas representações artísticas e culturais, o que não só fortalecia a sua cultura, como ajudava na construção da própria cultura brasileira.

É verdade que também existiram os abolicionistas, em sua maioria intelectuais da época, que viviam nas zonas urbanas das cidades grandes. Há quem defenda que o abolicionismo foi um movimento político e social; certo é que em pleno final do século XIX, o Brasil era o único país independente das Américas que ainda sustentava a triste marca do regime escravocrata.

Com essa movimentação interna de quem realmente tinha opiniões de peso na época, como escritores, intelectuais, políticos, advogados, médicos e estudantes, entre outros segmentos influentes da elite da sociedade, o fim da escravidão já tinha entrado em pauta. Mas, certamente, o fator determinante para ela acontecer foi a pressão externa sofrida por outros países, principalmente da Inglaterra. Não por solidariedade, tampouco por empatia; o grande norteador desse interesse foram as questões econômicas.

Essa pressão tinha dois vieses: em primeiro lugar, no entendimento inglês (a maior potência econômica do mundo, à época), se houvesse poucos escravos no Brasil haveria menor produção de açúcar, tornando a competição deste produto no mercado mundial mais parelha. Em segundo, sendo a Inglaterra o berço da Revolução Industrial e o local onde havia uma grande concentração de fábricas, já no século XIX, havia o interesse de que os trabalhadores fossem assalariados, e assim mais pessoas teriam dinheiro para comprar as mercadorias produzidas por suas linhas de montagem, o que resultaria no aumento do seu mercado consumidor.

Com todos esses fatos e pressões nacionais e internacionais, a escravidão no Brasil estava com os dias contados. Entretanto, ela era a grande força de trabalho na cafeicultura e tinha impacto direto na economia brasileira, possuindo enorme importância e largo alcance. Estava presente não só na Fazenda Ponte Alta, objeto do estudo de caso deste trabalho, mas na economia brasileira como um todo. Sendo assim, o movimento abolicionista também sofreu muitas pressões contrárias, fato que culminou em uma abolição não imediata, mas lenta e gradativa.

O quadro abaixo resume o histórico cronológico e aspectos de importância real e prática de tais medidas:

LINHA CRONOLÓGICA DAS LEIS ABOLICIONISTAS	
1845 - Lei Bill Aberdeen	
ESTIPULA QUE	Após a aprovação, os navios britânicos passam a ter autorização para confiscar qualquer navio que transportasse escravos;
NA PRÁTICA	De fato a chegada de escravos vindos da África ficou mais difícil;
IMPORTÂNCIA	Foi a primeira lei abolicionista que atingiu diretamente a escravidão no Brasil.
1850 – Lei Eusébio de Queiroz	
ESTIPULA QUE	A entrada de embarcações trazendo negros ao Brasil fica proibida;
NA PRÁTICA	Não conseguiu acabar com o tráfico negreiro e nem com o mercado interno, que acabou ficando mais movimentado, e o negro ficou ainda mais valorizado. Acabou conhecida como "Lei para

	inglês ver";
IMPORTÂNCIA	Foi de fato a primeira lei abolicionista brasileira, ponto de partida para as todas as outras.
1871 - Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco	
ESTIPULA QUE	A partir do ano seguinte de sua assinatura, todos os filhos de escravos nasceriam considerados libertos;
NA PRÁTICA	Como seus genitores ainda eram escravos, havia duas possibilidades: a criança ficar aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou serem entregues ao governo;
IMPORTÂNCIA	Serviu de ponto de partida para que de fato a escravidão terminasse e gerou o início do intenso do debate a respeito do assunto;
1885 - Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe	
ESTIPULA QUE	Os escravos maiores de sessenta anos deveriam ser libertados em caráter imediato;
NA PRÁTICA	Não beneficiou muitos escravos, pois com as condições de vida que levavam, devido à degradação não tinham uma alta expectativa de vida;
IMPORTÂNCIA	Apesar de não atender em um amplo aspecto, beneficia alguns e mantêm vivo o debate do fim definitivo da escravidão.
1888 - Lei Áurea	
ESTIPULA QUE	Que após a sua assinatura pela princesa Isabel, a escravidão estava abolida;
NA PRÁTICA	Beneficia milhares de pessoas, mas apesar de adquirirem esse direito, veio sem nenhum respaldo que pensasse ou garantisse a inserção dessa gente na sociedade brasileira;
IMPORTÂNCIA	Coloca um ponto final em quase trezentos anos de regime escravista em território Brasileiro;

Vale a pena ressaltar que a abolição da escravidão, antes de beneficiar o negro passava pelos interesses de muita gente, principalmente por parte da elite da

época. Não a toa desde a Lei do Ventre Livre, primeira no ponto de vista libertário, até a Lei Áurea, trinta e cinco anos se passaram.

1.6. Barões do Café

Muitos nomes foram atribuídos às pessoas que plantavam café: cafeicultor, fazendeiro, senhor do café, entre outros. Todos eles eram símbolo de respeito e representavam a importância e *status* social no período. Mas o que mais um fazendeiro, com relevância para a Coroa, tendo o café cultivado por ele o principal produto do país poderia querer? Hoje quando alguém é bem sucedido profissionalmente e financeiramente, busca estar próximo do poder e da vida pública, muitas vezes se candidatando a cargos públicos; naquela época era diferente: o reconhecimento público e a distinção aos demais eram feitas através de títulos nobiliárquicos, ou de nobreza. Essa distribuição poderia ser feita de forma facultativa ou até mesmo poderia ser comprada. Esse costume no Brasil veio do colonizador português, mas na Europa, não era nada recente. Durante todo o Medievo europeu, conceder títulos como duque, visconde, barão, marquês, conde, etc. a quem teve alguma atuação desprendida em serviço à Coroa era hábito comum. É verdade também que houve uma espécie de ruptura com a tradicional forma e motivos pelos quais os títulos eram concedidos. Se antes a homenagem era prestada a quem de fato era um guerreiro a serviço de Portugal, agora passaria a ser apenas um documento de interesse de alguns portugueses. (FARIA, 2005, p. 13).

Certo é que esta medida encontrou solo fértil, ainda mais em uma época na qual o brasileiro tentava obter cada vez mais influências europeias, de forma que se acreditava que esta notoriedade que acompanhava o título era mais uma forma de prestígio e distinção social.

No Brasil, este mecanismo foi de fundamental importância para a família real, pois através dele foi possível se conseguir aliados e apoio, num antigo e simples processo de interesse mútuo, também conhecido como “troca de favores”. E assim, deste “jeitinho luso-brasileiro”, a Monarquia buscou se perpetuar em solo brasileiro. Digo “perpetuar” porque garças a esse mecanismo, vivenciamos até os dias de hoje algumas situações que são sintomáticas àquelas do colonizador que

aqui esteve, bem como do período monárquico. Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II. Abaixo podemos ver uma tabela numérica de concessões de títulos, com suas quantidades e qualidades. No Brasil, três nomes se destacaram no ofício de distribuição de títulos (FARIA, 2005, p. 14):

Títulos nobiliárquicos distribuídos no Brasil (1808-1889)				
Imperadores	d. João	d. Pedro I	d. Pedro II	total
duque	2	2	1	5
marquês	13	27	20	60
conde	49	8	42	99
visconde	30	49	184	263
barão	25	48	818	891
total	119	134	1065	1318

Em uma simples análise, pode-se constatar que à medida que o período do Brasil vinculado à Coroa portuguesa e o Império ia se aproximando do fim, maior o número de concessões realizadas. Analisando o histórico e motivação por quais elas eram oferecidas, podemos sugerir que quanto mais se aproximavam as tensões que acabaram culminando, em um primeiro momento na independência do Brasil e em um segundo, na proclamação da República, mais se buscava apoio para manutenção e permanência do Império, e isso se refletia na concessão de títulos a apoiadores importantes da elite brasileira, muitos deles, cafeicultores. Tais distribuições de títulos também eram atribuídas a uma compensação por medidas que iam contra os interesses dos cidadãos desta mesma elite, relevantes para a corte, ou seja, um legítimo exemplar de “prêmio de consolação”.

A concessão de títulos que sem dúvida teve a maior distribuição, foi a de barão, que no Brasil eram atribuídos desde sempre a proprietários rurais que conseguiram ganhar notoriedade e capital através de suas plantações. Um triste espelho da sociedade brasileira, que naquele tempo, perseguia incansavelmente o ingresso às elites, e em muitos casos, acabava se contentando apenas com esta categoria, que era a mais baixa na escala hierárquica, e que era justamente

destinada a quem tinha importância para o Governo, porém não tinha uma alta participação nele, sendo apenas uma representação de poder local ou regional, pequeno até, se levarmos em consideração um cenário nacional. Tão limitado era o “baronato”, que tal honraria não poderia sequer ser incorporada na família de forma hereditária, ou seja, não passava de pais para filhos ou descendentes sem autorização do imperador. (FARIA, 2005, p. 13).

Fato é que os já mencionados cafeicultores, fazendeiros ou senhores do café acabaram por ingressar, além da elite brasileira, na nobreza imperial, e nela detiveram o seu local de destaque. Assim originaram-se no Brasil os “barões do café”, que ocuparam no passado capítulos importantes da economia brasileira e protagonizaram, junto com os escravos, a história do café no Brasil.

1.7. O café como produto de sustentação da economia brasileira

O “ouro verde” foi protagonista em alguns momentos e coadjuvante em outros, mas certamente poucas vezes ele passou despercebido. A colonização pela qual o Brasil foi submetido foi fator determinante para influenciar a economia em diferentes períodos e fases. Sendo uma colônia, ou seja, voltada para a extração de recursos naturais e minerais já existentes ou produzindo alguns gêneros que deveriam atender aos interesses do colonizador e da metrópole portuguesa, diversos produtos estiveram no centro da economia do território brasileiro. Pau-Brasil, algodão, cana de açúcar e metais preciosos, como o ouro, já estiveram no topo do *ranking* de artigos responsáveis pela base econômica brasileira, mesmo quando ela servia a interesses exclusivos da metrópole.

Mas sem dúvida nenhuma, foi o café o produto que mais impulsionou a economia entre o século XIX e início do XX. Durante quase cem anos, não houve nenhum produto mais exportado pelo Brasil do que ele. O grão que percorria o mundo aos poucos tornava-se o ingrediente central das finanças nacionais:

“A produção do café, no Brasil, imprimiu seu cunho particular à formação social e econômica do país, no passado e no presente. (...) A grande lavoura cafeeira de meados do século XIX constituiu a raiz, o tronco e os galhos da economia nacional; seu núcleo político, econômico e social. Durante o Império ela transferiu o centro econômico e político da Bahia e Pernambuco mais para o sul, primeiramente para a Província do Rio e, mais tarde, sob a República, para o Estado de São Paulo. Do ponto de vista social, ela gerou uma nova aristocracia, os barões do café do Vale do

Paraíba, e importou uma corrente, sem precedentes, de escravos africanos, que modificou a estrutura étnica dessa parte do Brasil, assim como sua estratificação social. [...] (STEIN, *apud* CÍ et al. 2006).

Além de ser um produto fundamental para exportação, o café era muito consumido no mercado interno brasileiro, o que o tornava extremamente valioso. Seus frutos não foram colhidos apenas no campo da agricultura, mas a fase de instalação e estabelecimento de indústrias pela qual o Brasil passou, foi consequência de muitos investimentos feitos através dos lucros obtidos na venda do grão, o que acabou se refletindo na industrialização paulista e carioca, e, conseqüentemente, na brasileira, comprovando que o café, mesmo na sua época de produção arcaica, foi um dos principais fatores que possibilitaram a modernização do país, também na esfera industrial e mercantil:

A expansão da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense e paulista incrementou a atividade comercial exportadora e importadora da cidade do Rio de Janeiro. A criação do Código Comercial – uma legislação mercantil brasileira que substituiu as Ordenações Filipinas, que datam de 1595 –, o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras, em 1850, possibilitaram uma intensa atividade mercantil na cidade. O capital comercial, que antes era direcionado para o comércio de escravos, passou a ser aplicado em bancos, casas bancárias e sociedades comerciais de diversos fins. (GUIMARÃES, 2010, p. 25).

Como vimos ao longo da história do café no Brasil, a importância que ele teve e a posição que alcançou não foi uma simples coincidência. A sua implantação aqui, desde o início, foi uma ação pensada, calculada e projetada, primeiro com a identificação da oportunidade em se ter o produto, e na sequência, com a sua projeção na economia, impactando o mercado interno em todas as suas etapas e se posicionando internacionalmente como líder dos nossos produtos exportadores.

Ao nos debruçarmos sobre a História do Brasil, notamos também que a concentração do poder político e econômico na região Sudeste, justamente a partir do início do século XIX, devido, inicialmente, à vinda da família real e sua corte e depois, à própria cultura cafeeira, tornaram a região a principal do país até os dias de hoje. Houve também um incentivo à imigração europeia para ocuparem os campos e indústrias, o que acabou por ajudar na modernização da agricultura e na indústria nascente no Brasil. Durante muito tempo, os avanços das cidades eram feitos, em parte, graças ao auxílio europeu e a infraestruturas desenvolvidas, tinham objetivos que eram norteados para atender o transporte dos grãos de café, como é o caso da construção de ferrovias, para que a produção fosse escoada para os portos

com mais rapidez e agilidade, o que demonstra o poder e a importância do café na política e no território brasileiro.

A economia era voltada para o café, e a partir do valioso grão ela acabava criando meios de se fortalecer e até mesmo de se reinventar, como podemos constatar no trecho abaixo:

[...] A produção cafeeira tinha uma cadeia de crédito: O cafeicultor podia pagar sua dívida passada, evitar a penhora dos seus bens ou postergar o pagamento pelo peso político, ou seja, tendo algum cargo político ou sendo de uma família importante, evitava perder sua terra. (GUIMARÃES, 2010, p. 25).

Podemos observar abaixo o número de sacas de café exportadas ao longo de seis décadas, através do Porto de Santos, principal do Brasil desde aquela época:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ PELO PORTO DE SANTOS	
ANO	SACAS DE 60 kg
1850/1	103.260
1860/1	320.445
1870/1	546.975
1880/1	1.204.328
1890/1	3.048.327
1900/1	7.816.143

Os números impressionam em alguns aspectos. Podemos ver através deles que houve considerável aumento da produção e comercialização do café e que as quantidades, em alguns casos, puderam ser dobradas e até triplicadas de uma década para outra, o que expõe, de certa forma, a modernização dos meios de produção e das políticas voltadas ao plantio e colheita do produto, além de evidenciar o seu domínio no mercado nacional e seu consumo em terras estrangeiras.

Outro fator chama bastante atenção: com o fim da escravidão, as lavouras consagradas do Vale do Paraíba sofreram um grande enfraquecimento, mas ainda assim, os números de exportação não pararam de crescer. Isso se deve à emergência de uma outra região, que assumiria o posto de maior destaque na produção cafeeira: o oeste paulista, que adotaria métodos de cultivo e colheita mais modernos, com mão de obra assalariada e, em boa parte, composta de estrangeiros, muitos deles já habituados ao plantio do café, como imigrantes italianos.

1.8. A decadência do Vale do Paraíba

Algumas condições que no início do período do café foram fundamentais para erguer e sustentar o “Vale Histórico”, foram responsáveis pelo seu declínio. Diversos fatores levaram à decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba, mas FARIAS, destaca dois, que tiveram participação direta na sua derrocada.

Entre os vários complicadores que levaram ao declínio cafeeiro na região, o primeiro foi atestado como “causas naturais”. Mais precisamente, a natureza não resistiu nem ao empobrecimento do solo, provocado pela perda dos nutrientes sugados pelos cafezais, nem as técnicas arcaicas de plantio e colheita utilizadas nesta área. Durante muitos anos e dispondo de vasta oferta de terra para o plantio, quando um local já não prosperava era abandonado e substituído por outros. Com o passar do tempo, a disponibilidade de terras foi diminuindo e já no fim do período áureo, o solo da região apresentava sinais de esgotamento e, consecutivamente, de perda da capacidade agrícola em larga escala.

Como se pode observar, não é de hoje que o homem tem problemas em lidar harmonicamente com o meio ambiente. Suas ações tem impactos diretos e acabam se voltando contra os seus próprios interesses futuros. Segundo Martinez,

[...] Não foi o café que degradou a natureza no Sudeste brasileiro. Foi o espírito mercantil imediatista, em busca de lucro e riqueza a qualquer custo, que importou essa planta, originária da Ásia, as máquinas e os homens, para fazer deles dinheiro [...]. (MARTINEZ, 2010, p. 28).

Outro fator que teve influência direta na decadência da região foi o fim da escravidão, claro que o fator em análise é o econômico, é inegável que os cativos que fizeram parte da receita de sucesso. Socialmente falando, os escravos jamais podem ser “culpados” por enfim obterem sua liberdade após anos de exploração de sua força de trabalho. De fato muitos escravos que viveram nesse período cafeeiro do Vale do Paraíba já estavam cansados, envelhecidos ou com sequelas físicas e psicológicas, mesmo que se leve em consideração as sucessivas leis abolicionistas que não tiveram tanta eficiência no que diz respeito a vida deles, mas é fato que tornaram o mercado de escravos cada vez mais caro, até culminar na assinatura da Lei Áurea. Vale a pena frisar que muitos escravos apesar de obterem sua liberdade, não houve tantas mudanças significativas de imediato. Muitos não tinham pra onde ir e continuaram trabalhando nas propriedades.

Sem o lucro proveniente das plantações, não foram capazes de honrar suas hipotecas, sistema muitas vezes utilizado para se obter crédito, e muitos acabaram perdendo suas terras para seus credores, principalmente instituições financeiras.

O enfraquecimento da terra e da mão de obra, com influência direta na produção e na vida no Vale do Paraíba, culminou não só no fim de um período próspero, como no impacto a toda a região e logo em seguida, no fim do próprio Império.

É interessante observarmos, que mesmo com a reconhecida decadência do Vale no final do século XIX e a proclamação da República em 1889, o café ainda foi o produto mais exportado durante quase quarenta anos, constatando, mais uma vez, a sua força e seu potencial econômico. Portanto, a decadência da região não significou a derrocada do produto.

A Região do Vale do Paraíba foi substituída pelo “oeste novo” paulista e a Zona da Mata mineira. A mão de obra, antes escrava, foi readequada ao regime de livre contratação, nesse caso de imigrantes europeus. No final ela acabava saindo mais barata que a escrava e, ainda por cima era mais qualificada. Eles vieram em busca de novas oportunidades e se depararam com elas.

Se o café, enquanto produto, não perdeu seu prestígio e manteve a sua força, o mesmo não se pode dizer da região do Vale do Paraíba. Enquanto “habitada pelo sucesso”, durante o Império cafeeiro, propiciou a construção e o desenvolvimento das cidades que presenciaram entre os arbustos a vida acontecendo; mas no momento em que o êxito deu lugar ao declínio, o cenário também foi modificado. Se em outros tempos o povoamento chamou a atenção, o que passou a se destacar foi justamente a ausência dele. Entretanto, mais que o “ingresso no mapa do Brasil”, a região do Vale do Paraíba conseguiu seu lugar de destaque nos livros de História.

O turismo passa a ser, entre a segunda metade do século XX e o início do século XXI, o produto a ser explorado nestas antigas fazendas. Aproveita-se aí, exatamente essa importância histórica, despertando uma nova vocação em busca de uma nova exploração para todo o potencial do local.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo vamos abordar alguns conceitos e teorias sobre temas relacionados ao Turismo e cultura. Algumas fontes escolhidas são instituições oficiais, pois talvez consiga fazer o link entre os assuntos de forma mais didática.

2.1. Qual seria o significado de “turismo”?

Segundo a EMBRATUR:

1. É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992, apud MINISTÉRIO DO TURISMO).

Esses conjuntos de transações podem ser agenciamento, transporte, hospedagem e alimentação, entre outras atividades ligadas direta ou indiretamente à atividade turística. Com isso torna-se necessário a apresentação da EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, que auto se intitula como:

[...] a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito à promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. [...]

Curiosamente, antes de procurar um órgão subordinado ao Ministério Brasileiro do Turismo, esfera máxima da pauta, nacionalmente falando, nossa busca foi justamente nele, mas o próprio se utiliza da definição acima informada pela EMBRATUR, datada no ano de 1992.

Particularmente não acho muito esclarecedora esta definição, inclusive porque para definir o verbete “turismo” ele cita o próprio como definição. Isso pode ocorrer devido ao fato desta definição possuir mais de duas décadas. Desde então, o tema já foi muito debatido e hoje já temos algumas outras definições feitas por estudiosos do assunto, como por exemplo, a de Keila Cristina Nicolau Mota:

Turismo é um fenômeno socioeconômico que consiste no deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos que, por uma complexidade de fatores que envolvem a motivação humana, saem do seu local de residência habitual para outro, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos

emissores e receptores. (MOTA, 2007, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009).

Podemos somar ao conceito de Mota alguns outros fatores em que a atividade deve estar sujeita para ser reconhecida como tal. O destino, por exemplo, não é fator determinante para a classificação; pode ser de caráter municipal, estadual, regional e até internacional, mas é imprescindível que o deslocamento não seja superior a um período de doze meses, e não tenha como principal motivador o exercício de alguma atividade remunerada no local, caso contrário, perde as características do exercício do turismo e acaba sendo incorporada por outras atividades.

No senso comum as pessoas que fazem turismo, são denominadas de “turistas”, porém o que muitos podem não saber é que existem algumas classificações que diferenciam cada grupo de pessoas de acordo com seus respectivos deslocamentos. Segundo o portal supracitado, existe a divisão em três categorias:

- Viajante: pessoa que visita um lugar diferente no qual tem residência fixa, com fins distintos das quais exerce em seu país.
- Turista: visitante temporário que permanece no mínimo vinte e quatro horas (ou um pernoite) no lugar que visita e cujas finalidades de viagem podem ser classificadas em: férias, distração, negócios, saúde, estudo, religião, esporte, congressos etc.
- Excursionista: visitante temporário que permanece menos de vinte e quatro horas (ou não realiza pernoite) no lugar que visita e cujas finalidades são iguais às dos turistas. São comumente chamados de “visitantes de um dia” e incluem os passageiros em cruzeiros que pernoitam a bordo das embarcações.

A primeira definição do termo “turismo” foi feita em 1911, pelo um economista austríaco Hermann Schattenhofen:

Turismo é um conceito capaz de englobar todos os processos, especialmente os econômicos, necessários ao desenvolvimento das atividades de atendimento aos que viajam, compreendendo os serviços

desde a chegada até a saída do turista em um determinado destino. (SCHATTENHOFEN, apud CARVALHO, 2003).

Desde então, teorias e discussões em relação ao exato campo de atuação do turismo vêm surgindo. Claro que por ter como autor da definição um economista, era previsto um viés predominantemente econômico. Sobre a discussão num todo, destacamos os posicionamentos dos professores Alexandre Panosso Netto, Luiz Gonzaga Godoi Trigo e Mario Carlos Beni:

Essa dicotomia entre a visão econômica e a visão sociológica se manteve até a década de 1940, quando os autores suíços intitulado *Grundriß der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre* (Tratado de uma teoria geral de turismo), no qual estabeleceram claramente o campo das humanidades como área dos estudos turísticos. Nesse mesmo livro os autores deixam claro que o turismo, por ser um fenômeno que envolve deslocamento, comunicação, encontros e confrontos e que é feito, portanto, pelo homem (“no centro o homem” era o lema desses autores), pode e deve ser estudado pelas mais diversas disciplinas científicas. Desde essa época, portanto, o turismo fortaleceu-se como um fenômeno não somente econômico ou social, mas sim econômico, social, ambiental e cultural e que envolve os mais diversos aspectos do existir humano, portanto, claramente fazendo parte da área científica das humanidades. (TRIGO, 2009).

O trecho acima evidencia a participação da pauta em diferentes áreas, e expõe, principalmente, que o turismo é um fenômeno global, social, humano e inclusive financeiro. Ou seja, podemos notar que é um campo de atuação e estudos multidisciplinares e interdisciplinares.

É curioso observar atualmente que a mais de um século, um economista tenha participado da primeira definição do assunto. Mais que uma participação teórica, certamente ele pode e teve a percepção do potencial que tinha a atividade, comprovadamente relevante na ordem econômica mundial.

Segundo DUTRA (2003), “O turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil [...] É o meio lícito que mais movimenta dinheiro, atrás somente do narcotráfico e da indústria bélica [que são meios ilícitos] [...]”.

Sobre o setor terciário:

[...] está relacionado às atividades de comércio e serviços, como os transportes, a educação, a saúde, a assistência técnica, o entretenimento etc. O setor terciário ou de serviços são destinados para outros negócios e também para os consumidores finais. São caracterizados como bens

intangíveis, perecíveis e incontáveis, nos quais as prioridades são a interação entre pessoas e a satisfação das necessidades da demanda, ou seja, dos clientes.

Assim como o setor terciário, o setor do turismo tem as suas especificações, mas ainda assim, é muito abrangente. Para que ele pudesse ser organizado, e que respeitasse características mais particulares de cada grupo, teve que ser segmentado para atender mais positivamente a demanda e oferta, mercadologicamente falando, em uma relação mais direta.

A partir da oferta de possibilidades são definidos os tipos de turismo possíveis, onde se identifica a presença de aspectos indenitários como fator classificatório, que podem ser segundo o Ministério do Turismo:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais e manifestações de fé);
- Aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem e de lazer).

Do outro lado, a oferta teria que ir de encontro ao mercado interessado em obtê-la. Essa demanda seria justamente a relação que se dá entre identificação e consumo de potenciais agentes capazes de se relacionarem, e assim, suprir seus desejos e/ou necessidades através da interação entre oferta e demanda, norteada justamente por essas especificidades que conferem a cada uma delas aspectos que agradam diferentes grupos. É importante deixar claro que apesar desse movimento que tem como objetivo o atendimento mais personalizado a determinados grupos, essa especialização não é fator impeditivo para que se relacione com grupos diferentes do que possuem como alvo. A oferta e demanda são complementares, possibilitando a criação, desenvolvimento e expansão do mercado.

Resumidamente, vimos acima que surgiu, e ainda vem surgindo a cada dia, diversas catalogações e denominações do turismo, tendo como diferencial as classificações de especificidades, tentando atender especificamente grupos com objetivos e/ou hábitos de consumos semelhantes.

Deste modo, este trabalho dialogará com três classificações do turismo, reconhecidas, catalogadas e exemplificadas pelo próprio Ministério da Cultura ou outros grupos e autarquias vinculadas ao assunto: o ecoturismo; o turismo cultural e o turismo rural.

2.2. Ecoturismo

A classificação do segmento turístico denominado ecoturismo foi elaborada em conjunto pela EMBRATUR e pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis):

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Seguindo a mesma linha de pensamento, temos a definição da TIES (Sociedade Internacional de Ecoturismo): “Ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”.

Podemos definir “patrimônio natural” como:

1. Monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
2. As formações geológicas e fisiológicas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
3. Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.²

² Disponível em: <<http://bandeiraazul.abae.pt/plataforma/index.php?p=theme&s=patrimonio>>

Apesar de “ecoturismo” ser um termo que está muito em voga ultimamente, principalmente em tempos em que os efeitos do aquecimento global preocupam o mundo inteiro, ele tem mais de duas décadas de existência. Hoje, tratar do meio ambiente através de ações responsáveis é mais do que um simples gesto de boa vontade, é uma obrigação e principalmente uma necessidade de extrema urgência, pois quando se trata de recursos naturais, os impactos causados afetam não só a humanidade, mas todos os organismos vivos que compõem o planeta Terra.

Segundo a ONG “O ECO”, o ecoturismo é “uma resposta às preocupações com o desenvolvimento econômico, à degradação do meio ambiente e as questões sociais provocadas pelo turismo em massa”. Podemos complementar a informação com FARIA:

O ecoturismo difere do chamado “turismo de massa”, pois enquanto o segundo tem seus objetivos voltados para maximização do lucro através da atração do maior número possível de turistas, o primeiro visa à obtenção de melhores resultados [...].³

Para o Ministério do Turismo a classificação “ecoturismo” foi designada e inspirada a partir de ofertas com suas características em relação à atitude pelas quais se portam os prestadores de serviços e fornecedores das comunidades receptoras destas atividades. Deve-se seguir alguns aspectos fundamentais para identificar e principalmente atuar nessa forma de interação entre o nativo e o exótico [segundo o Ministério do Turismo], que são pautados na capacidade de seguir e atender algumas diretrizes básicas, definidas pela Ministério: utilização sustentável do patrimônio natural e cultural; incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural e busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente; promoção do bem-estar das populações. Tudo isso em busca de uma formatação em que a atividade exercida no presente, não comprometa o meio ambiente no futuro e, conseqüentemente, as gerações que estão por vir.

É comum que se confunda o termo “ecoturismo” com “turismo sustentável”. Entretanto, no manual de ecoturismo, elaborado pelo Ministério, o segundo está definido como:

Turismo sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

³ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ecologia/ecoturismo>>

Ou seja, tais fundamentos não se inserem como um tipo classificável do turismo, e sim como um modo de vivenciar as atividades que não só é aplicável a todos os tipos de turismo, mas que deve servir como base para se realizar essa interação.

Ainda que ao fazer parte de um ramo onde o aspecto financeiro não deve ser o fator motivador principal, é inegável que o dinheiro faz parte dele. Os impactos econômicos segundo (WEARING & NEIL, apud BLOG CAIÇARA, 2010) podem interagir a partir do momento em que:

Proporciona empregos e renda para a população local; Torna possível o financiamento para compra e melhoria de áreas protegidas ou naturais, atraindo mais ecoturistas no futuro; proporciona educação ambiental para visitantes; encoraja a melhoria da preservação ambiental e do patrimônio (a criação de parques nacionais e estaduais novos ou ampliados, reservas florestais, reservas de biosfera, áreas recreacionais, praias, trilhas marítimas ou subaquáticas e atrações).

O mesmo ainda destaca que entre as funções do modelo de turismo adotado, tem muita importância e consegue quantificar suas qualidades em diversas ações:

Estimular a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano; assegurar uma distribuição justa dos benefícios e custos; gerar emprego local, tanto diretamente no setor de turismo como em diversos setores da administração de apoio e de recursos; [...] Estimular as indústrias locais rentáveis, como hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços guia; [...] Buscar a tomada de decisões em todos os seguimentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam existir; estimular a melhora do transporte, da comunicação e de outros elementos da infraestrutura comunitária local; criar instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais; estimular, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos; monitorar, avaliar, administrar os impactos do turismo, desenvolver métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcular qualquer efeito negativo; manter sua matéria-prima, ou seja, conservar a área atuada, trabalhando com programas de conservação ambiental; ter papel educativo e existencial.

O ecoturismo, se bem planejado e desenvolvido, pode trazer às populações locais benefícios amplos, como oportunidades de diversificação e consolidação econômica, geração de empregos, conservação ambiental, valorização da cultura, conservação e/ou recuperação do patrimônio histórico, recuperação da autoestima, entre outros (WWF, 2003).

Podemos perceber que os termos relacionados à natureza/natural e ambiente/ambiental, quase sempre se relaciona com “cultura/cultural”. Não por

acaso, eles caminham juntos. Muitas vezes eles se complementam ou mesmo estão agregados agindo como um só.

2.3. Turismo cultural e patrimônio

2.3.1. Patrimônio

Para seguir a discussão, vamos abordar assuntos como patrimônio natural, patrimônio cultural e paisagem cultural, entre outros, mas para isso é imprescindível que se entenda qual o significado de “patrimônio”. Na busca pela essência de seu significado, podemos definir como um “conjunto de bens”. Curiosamente, nos muitos resultados associados a eles, sempre entram em pauta questões de ordem financeira e contábil, “atribuindo direitos ou obrigações vinculadas a uma pessoa ou entidade”. Alguns destes significados não deixam de ser compatíveis com os abordados no universo natural e cultural, porém, nestes dois âmbitos, deve-se destacar uma qualidade percebida de maneira coletiva e não individual. Segundo Gonçalves (1995),

os bens culturais, antes propriedades de grupos específicos e de acesso restrito, passam a ser percebidos como expressões artísticas de uma nação, de um povo. O acesso universal a bens culturais torna-se, portanto, uma condição fundamental para a formação de cidadão. Pode-se estender a mesma lógica aos bens naturais [...]

Para abordar este assunto é tão importante entendermos o termo de uma maneira geral, quanto termos ciência do significado de “patrimonialização” e as políticas criadas para possibilitar que ela seja realizada.

No ano de 1937 foi criado através da Lei 378/1937 a primeira instituição do governo de esfera nacional, voltada para a proteção do patrimônio cultural do país. Naquele momento, a grande preocupação do Estado Novo de Getúlio Vargas, era com a unificação do Brasil. Lembrando que esse objetivo era fundamentado pelos longos momentos em que as unidades brasileiras se encontravam isoladas.

O regime de 30 fez coro com essa necessidade de “redescobrir o Brasil” proposta pelos intelectuais. O Estado procurava tornar-se responsável pela construção de uma unidade orgânica nacional, base para a definição de uma identidade cultural brasileira. Daí a incorporação de intelectuais dentro de seus quadros, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade nacional e produzir a propaganda nacionalista. (AMARAL, Adriana Facina Gurgel, apud MASSUCATE, Yvonne Archanjo, 2007, p. 3).

A verdade é que o mundo encontrava-se em crise após a Primeira Guerra Mundial e assim, a América e o Brasil surgem como inspiração de cultura:

A Europa deixa de ser o exemplo de civilização para o mundo, o que desperta nas pessoas o interesse pelo conhecimento de outras culturas vistas como expressão do “novo”. Artistas e intelectuais da Europa passaram a viajar para o Brasil buscando inspiração na nossa cultura (Idem, ibidem).

O cenário político brasileiro encontrado à época do início do Estado Novo era o de um país fragmentado, com alguns estados bem mais desenvolvidos do que outros e onde as oligarquias regionais eram referências maiores do que o próprio Governo nacional.

Visando uma união nacional, Vargas se pauta no ideal nacionalista, onde deveria haver uma valorização das raízes brasileiras. Elas seriam as bases fundamentais, pois carregariam consigo todo um simbolismo decorrente de um passado, que seria uma busca por algo que fosse comum a todos nós, nascidos em solo brasileiro. A linha seguida para valorização dessas raízes, aliada à união do povo foi o nacionalismo. Vargas se aliou aos intelectuais brasileiros da época e a eles ficou incumbida a criação de mecanismos reunificadores da pátria. Os intelectuais teriam, portanto, a missão de criar no imaginário social a força de uma cultura que representasse a coletividade, gerando o ideário de amor à pátria. Desta forma, o indivíduo se enquadraria na condição de cidadão brasileiro e deveria lutar pela nação como um todo.

E assim, com a Constituição de 1937, é ampliada a defesa do patrimônio cultural, com a já mencionada criação do SPHAN, que tinha como principais objetivos:

[...] [o SPHAN é] o órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. O órgão deveria organizar através da fiscalização e proteção o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Brasil considerados exemplares da história com inestimável valor arqueológico, bibliográfico e artístico. (CERRI, Rosilene, GONÇALVES, Yacy-Ara Froner, apud MASSUCATE, Yvonne Archanjo, 2007, p. 5).

Já na constituição Brasileira de 1988, o patrimônio cultural ganha, de maneira oficial, mais recursos, distinções, definições e com isso, mais força:

[A constituição de 1988] define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos,

documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. (Constituição Federal, 1988).⁴

Seguindo o mesmo percurso descrito acima, vamos transcrever os significados dos termos “patrimônio cultural”, “material” e “imaterial”, “bens culturais”, “registro”, “inventário” e “tombamento”. Segundo o IPHAN:

Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em complemento à definição acima, os conjuntos de bens culturais, juntos, compõem o patrimônio cultural. De acordo com as suas características os patrimônios podem ser classificados de dois modos:

Segundo o IPHAN O Patrimônio Material é

composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas [...]

Quando ocorre a inserção de algum patrimônio material neste livro, dizemos que houve o tombamento de certo bem ou patrimônio. Seguindo a linha de pensamento cultural, o tombamento é um instrumento legal que é utilizado para colocar sob a guarda do Estado bens culturais móveis ou imóveis que tenham importância para a sociedade como um todo, sejam por seus aspectos arqueológico, artístico, etnográfico (entre outros) de grande relevância. O bem pode ser escrito em um ou mais do total de quatro Livros de Tombos, de acordo com a sua(s) respectiva(s) categoria(s). Ainda segundo o IPHAN:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais, ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>

Na Constituição Federal de 1988 houve a ampliação do conceito de patrimônio cultural, além do reconhecimento da existência de bens culturais de natureza material e de natureza imaterial. Segundo o IPHAN:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). [Nos artigos da Constituição que ampliam este conceito], reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Já a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) define patrimônio imaterial como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No ano 2000 foi publicado um decreto que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial:

Esse registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. [...] é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente.

Por último, com tantos bens e com diversos formatos e naturezas que eles possuem, é preciso haver uma ferramenta capaz de armazenar todas essas informações. Essa função fica a cargo do inventário. Para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “inventariar” significa, entre outros, “descrever miudamente”; e “inventário” relaciona-se à “listagem”, “relação de bens” (FERREIRA, 2012, apud CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de, 2013 p. 121).

Segundo a UNESCO,

o inventário, na seara patrimonial, é instrumento de conhecimento de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, que subsidia as políticas de preservação do patrimônio cultural; é o levantamento minucioso e completo dos bens culturais.

Após este embasamento sobre conceitos e instrumentos de proteção a patrimônios culturais, podemos seguir com as definições de classificações do turismo.

2.3.2. Turismo cultural

Turismo e cultura estão diretamente ligados. O turismo cultural tem como base que as características estabelecidas para a realização conceitual de turismo, como já citada anteriormente, ou seja, o deslocamento voluntário deve ter como principal motivação o fator cultural.

O conceito de cultura pode ser definido de diversas maneiras. É amplo, abrangente e até mesmo pessoal. Na verdade, não existe uma definição ou consenso universal sobre o termo, de maneira que o torna ainda mais especial, diverso e valioso para a identidade de um povo.

Para o antropólogo Clifford Geertz, o termo “cultura” não poderia ser definido limitando-se a um parágrafo, conceito ou obra. Cultura deveria ser mais do que definida, e sim percebida. O mesmo ainda afirma que a cultura é algo sempre coletivo, nunca individual.

Ainda segundo ele,

[...] cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade”.

Segundo o GTT, Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural:

Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura [...]. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010).

Dessa forma, podemos entender que o turismo cultural é composto por símbolos correspondentes atribuídos às memórias, locais, pessoas, culinária, conhecimentos e tantos outros formatos em que seja possível agregar valor a um grupo. Logo, o que move esse tipo de turismo é poder proporcionar estes conhecimentos para outras pessoas, através da prática da vivência. Ela pode ocorrer através do patrimônio material ou imaterial, ou através de eventos culturais que ocorrem com a finalidade de realizar manifestações que se enquadram ou não na definição de patrimônio, porém, de forma temporária, projetada para ter um início, meio e fim, e sem nenhum compromisso com a continuidade.

Contudo, a globalização normalizou a vida cultural das cidades em eventos, exposições e tendências que se assemelham em territórios cada vez mais idênticos, obra de uma arquitetura internacional ou pelas soluções comerciais de grande dimensão. É por isso imprescindível incrementar a identidade de cada cidade, para que elas se distingam umas das outras. Desta forma, a cidade “abre-se a um universo de contextos. De todos, o mais importante será, para a sua vida econômica, a comercialização do lugar através da sua herança cultural”. (GOMEZ e QUIJANO, apud AGUIAR et al, 2011, p. 115).

Segundo Urry “a incerteza da vida contemporânea explica este interesse obsessivo no passado, entendido como sendo mais seguro e previsível. Talvez aqui resida o conceito de nostalgia, combustível fundamental do turismo cultural” (URRY, J., apud AGUIAR et al, 2011, p. 112).

A importância do turismo cultural pode ser relacionada com a difusão do conhecimento, buscando o aprendizado e entendimento relacionado ao objeto, local ou situação submetida. Outros fatores estão também relacionados, como as diferentes formas de “experiências participativas, contemplativas , e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visitação”. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 14).

Como todas as segmentações do turismo, no turismo cultural também é preciso destacar a importância do seu viés econômico, exercendo forte impacto no setor, possibilitando o surgimento de pequenos negócios e desenvolvendo a comunidade local, através da geração de emprego e renda. Também é importante destacar que mesmo essa relação nas comunidades menores e maiores, muitas vezes, essa distribuição das receitas não é sempre tão justa.

“é preciso desmistificar um pouco o discurso positivista que somente consegue ver os aspectos positivos da realidade. [...] Teoricamente, a atividade turística é importante para qualquer economia, seja ela nacional, regional, ou local, pois o deslocamento constante de pessoas aumenta o consumo, motiva a diversidade de produção de bens e serviços e possibilita o lucro e a geração de emprego e renda. Apesar de alguns estudos, tal como de LAGE & MILONE (2000), demonstrarem que o turismo apresenta efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos e produz resultados nem sempre divididos igualmente entre os envolvidos. Afinal, como qualquer atividade capitalista, produz desigualdades na distribuição dos benefícios e dos custos. A população residente é vítima dos efeitos do turismo e sofre com alguns impactos negativos, por exemplo, o aumento descontrolado do número de turistas e de agressões naturais e culturais. (FERREIRA, 2006).

Assim, fica nítido que é preciso analisar diversas situações e condições, não para diminuir o seu alcance, mas para fazer com que ele não seja prejudicial em virtude da busca de lucro inescrupulosa, como em outras indústrias. Por outro lado, podemos destacar também a força deste turismo no que diz respeito à preservação de bens, relacionando-os com as atividades. De uma forma curiosa, percebemos que quanto mais essa estrutura é utilizada, mais ela tende a ser preservada, desde que haja um consumo responsável. “O tratamento do patrimônio é um recurso a partir do qual se pode criar uma série de possibilidades para a sua exploração comercial” (ASHWORTH; HOWARD, apud AGUIAR et al, 2011, p. 113). Essa exploração não precisa ser vista de uma forma negativa, desde que não se comporte desta forma.

O turismo cultural proporciona o despertar do olhar sobre algo de maneira individual ou até mesmo coletiva. Alcança aspectos da sociedade como um todo, além de seu histórico. Possibilita a descoberta ou redescoberta da diversidade de manifestações artísticas, tradicionais de conhecimento mais difundido, ou até mesmo aqueles mais regionais ou locais a que poucos tiveram acesso, acima de tudo, valorizando a importância de seus aspectos por sua essência ou valor simbólico.

Apesar da diversidade crescente dos centros de interesse e dos temas culturais ao dispor, o turista cultural, seja qual for o seu nível de instrução e de conhecimento sobre o destino, tem sempre o mesmo objetivo: a descoberta da identidade do território. Esta identidade é composta pela singularidade da arte, da história, do patrimônio, das personagens reais e míticas e do saber fazer que se desenvolve num determinado lugar. (CLUZEAU, apud AGUIAR et al, 2011, p. 113).

Outro aspecto curioso é que quanto mais alguma atração ou local se prepara para atender o turista, em todas as suas características englobadas, ele acaba irradiando o seu alcance e atingindo o morador local, que talvez antes não tivesse o seu interesse aguçado ou mesmo não ter conhecimento sobre determinados acontecimentos ou atividades e suas importâncias, mesmo residindo ou circulando tão próximos a ele.

2.3.3. Valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização e promoção, bem como a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar-lhes o acesso e o usufruto, respeitando sua memória e identidade. É também reconhecer a importância da cultura na relação turista/comunidade local, aportando os meios para que tal inter-relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 15).

Possivelmente este tipo de turismo também é o que mais deu fôlego para que as “cidades fantasmas” aqui já mencionadas, ou outros locais que tiveram ou têm grande influência na cena cultural, em todos os seus moldes, mas que por algum motivo passaram a não ter tanto destaque em outras áreas com o passar dos

anos. Desta forma, o turismo cultural possibilita que através dessa área os ambientes fossem se transformando ou adaptando para receber este público. Como no Vale do Paraíba, muitos desses casos ocorreram nas áreas rurais, longe dos grande centros urbanos das cidades.

2.4. Turismo rural

Não é de hoje que a visitação de espaços rurais ocorre. Isso é uma prática muito comum há séculos. Mas ela, enquanto atividade econômica e segmentada, como o turismo rural, é relativamente recente.

A OMT (Organização Mundial do Turismo) estima que o turismo rural possui grande potencial e entende que pelo menos três por cento de todos os turistas do mundo orientam suas viagens para esta modalidade. Este segmento possui crescimento anual de aproximadamente seis por cento, demonstrando que os turistas querem deixar, nem que seja minimamente, de serem sujeitos passivos, para vivenciarem a cultura e a experiência nos novos destinos visitados, sentindo a terra e aproveitando tudo que esse ambiente pode lhes oferecer com o aroma da natureza e com forte tendência ambiental, artística e histórica, integrando-os dia a dia à roça e à lida do campo. Com essa proximidade, espera-se criar uma maior interação entre o homem da cidade e homem do campo, valorizando a terra e preservando ou resgatando as raízes rurais, onde quer que seja possível se enxergar o alinhamento entre sustentabilidade ambiental, a identidade e o envolvimento da comunidade local. (BRASILTURIS, apud IDESTUR, 2014).

Essa modalidade de turismo foi impulsionada por diversos fatores que se complementam, tal como oferta e procura. Enquanto de um lado os proprietários rurais precisavam expandir e diversificar suas atividades com intuito de geração de uma renda maior, do outro, moradores dos grandes centros iriam ao encontro das raízes, tradições, culturas, em oposição à própria vivência de um estilo que levam na cidade grande. Estas diferentes necessidades e trocas permitiram o crescimento e estabelecimento do turismo rural, criando condições propícias à oferta de produtos e serviços relativos à atividade. Curiosamente, para a exploração dessas atividades, nem sempre é preciso lançar mão de muitos investimentos. A simples presença de

produtos e paisagens naturais, aliada ao artesanato, já são aspectos intrínsecos na participação deste segmento.

O Ministério do Turismo consegue juntar todos os aspectos envolvidos no manual sobre turismo. Sendo assim, a conceituação de turismo rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais, à sociedade, e ao campo afetivo. Com base nesses aspectos, define-se que turismo rural é

“o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 49).

Talvez esta definição seja a que mais se aproxime na temática do objeto de estudo a ser abordado no próximo capítulo. Muito em parte por que consegue unir todos os aspectos da Pousada Fazenda Ponte Alta, englobando os seus aspectos do ecoturismo, turismo cultural e do próprio turismo rural.

Voltando às definições, a atividade no espaço rural, se contrapõe justamente às que ocorrem no espaço urbano. São duas dimensões diferentes, porém complementares, de um mesmo espaço geográfico.

O espaço urbano caracteriza-se pelo intenso processo de urbanização, com uma maior infraestrutura e industrialização, onde economicamente se destacam os setores secundário, com indústria e produção de energia, e terciário, com o comércio e serviços. Tem o povoamento concentrado e densidade demográfica elevada, constituindo a comunidade urbana e se dividindo na paisagem da chamada “selva de pedra”, composta por prédios e edifícios.

Em oposição, a concepção de meio rural baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se um território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais, relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas, e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorial de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária e a identificação com os ciclos da natureza. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 50).

No espaço rural, a relação se dá muito com o aspecto simbólico da terra e tudo que ela representa, tanto no simbolismo quanto na sua eficácia produtiva. Essa “ruralidade” que carrega o espaço é um território em que transitam diferentes elementos, vinculados à terra física ou espacial e que carregam toda uma identidade “da roça”, representando práticas sociais e de trabalho, que são marcados por esse ambiente “interiorano”, preservando as suas raízes culturais através de costumes e tradições herdadas essencialmente dos antepassados. Esses elementos também estão presentes na arquitetura, artesanato e, em especial, incorporados aos seus modos de vida, tais como aos que eles sucederam.

Algumas cidades do interior, inclusive, estão se transformando em um polo de turismo rural, aproveitando a vocação turística do espaço e todos os componentes que dispõem para ofertar ao turista. O ar puro longe da “cidade grande” e o convívio com a natureza num cenário de paisagens naturais e deslumbrantes, onde os ecossistemas e a biodiversidade conseguem viver em harmonia, é outro fator atrativo.

Nas instalações rurais destacam-se as atividades de lazer e recreação, desenvolvidas nos tradicionais hotéis-fazenda, muitos deles se aproveitando da história do próprio local para alavancar atividades culturais e tradicionais das propriedades, aproximando os hóspedes ainda mais do ambiente. Tudo isso embalado pelas deliciosas e tradicionais comidas caseiras.

No ambiente turístico rural, justamente tais práticas passam a ter valor. Tratam-se de hábitos cotidianos para os habitantes do campo, mas que são assimilados ao mesmo tempo com estranheza e fascínio pelos moradores dos

grandes centros urbanos. Como exemplo, podemos citar a ordenha de uma vaca ou colheita de uma safra de algum alimento plantado. Para quem está acostumado a abrir uma caixa contendo um litro do leite ou um saco de algum produto, presenciar essa extração é uma possibilidade simples, porém nova, de entrar em contato com uma essência que acabou se perdendo ao longo da “industrialização” da vida contemporânea.

A fuga do caos contemporâneo é um dos principais fatores que favorecem a prática. Mais uma vez, o termo “vivência” se faz fundamental para entender este segmento. Não podemos negar que todo grande centro urbano, em algum momento, já foi uma área rural, ou já possuiu diversos elementos dela. Com o passar do tempo e a incorporação do estilo de vida contemporâneo, essa ruralização acabou se perdendo. Sendo assim, estar em contato com as áreas rurais é uma forma de resgatar ou adquirir conhecimento sobre a cultura local, que faz parte de uma das muitas identidades brasileiras, possibilitando assim, o contato com as práticas e manifestações regionais, tais como o folclore, o artesanato, “causos”, gastronomia e ao uso do adjetivo “típico”, que acaba diferenciando o lugar e agregando ainda mais valor à experiência do turista “porteira adentro”.

Quando se está imerso em um ambiente desses, ficamos muito propensos a nos questionar alguns valores próprios que nos foram socialmente impostos e termos como “as coisas simples da vida”, que provavelmente já escutamos algum dia, entre uma correria e outra, passam a fazer mais sentido, ao mesmo tempo em que respiramos um ar mais puro, consumimos alimentos menos industrializados ou nos desconectamos da vida cibernética, cada vez mais comum a nossa realidade.

É aí que, de certa forma, todo conteúdo abordado neste trabalho se encontra. História, barões, escravos, turismo, cultura, identidade, espaços formais e informais e todas as formas de derivações possíveis se unem e podem ser encontradas em um único lugar.

[Onde] [...] Nas últimas décadas, o turismo vem se desenvolvendo na região como alternativa para valorização dos seus aspectos históricos e naturais e geração de renda, principalmente nas antigas fazendas produtoras de café. (CASTRO, 2013, p. 36).

Neste capítulo podemos acompanhar alguns conceitos e teorias de instituições oficiais, que embora acredita-se que é possível obter alguns conceitos centrais para o entendimento dos conteúdos, eles acabam não problematizando esses conceitos, e muitas vezes a forma oficial com que é tratada acaba reproduzindo discursos normativos, e sem muitos possíveis desdobramentos.

CAPÍTULO 3

A interface entre os aspectos teóricos da produção cultural e o espaço não formal - a produção sociocultural no cotidiano da Pousada Fazenda Ponte Alta

Neste capítulo buscarei analisar de forma mais ampla as relações mais específicas, a história, a localização e a produção cultural que ocorre no meu objeto de pesquisa, a Pousada Fazenda Ponte Alta. Essas suas aplicações podem ser realizadas de forma isolada ou multidisciplinar, já que o local possui diversas possibilidades de abordagens, o que faz com que elas possam ser conjugadas, dependendo da relação das diferentes possibilidades de estudos, sobre múltiplos aspectos oferecidos pelo local.

3.1. A Fazenda Ponte Alta

A história da Ponte Alta tem início no século XIX, mais precisamente no ano de 1830, quando José Luiz Gomes, futuro Barão de Mambucaba, sobe a serra do mar em direção ao Vale do Paraíba, acompanhado somente por alguns escravos, e com o objetivo de tomar posse de suas sesmarias, dentre elas, a que viria se tornar a Fazenda Ponte Alta. Surge assim a origem da estrutura e as histórias da fazenda. Toda essas terras faziam parte de uma única fazenda, a fazenda Santa Cruz (anexos, p. 97). Antes da chegada dessa comitiva, esse local era habitado por indígenas, das tribos Araris e Puris (já mencionados no capítulo 1), que então foram expulsos de suas terras para dar início à expansão cafeeira.

O Barão de Mambucaba recebeu este título porque antes de ocupar terras da região, ele tinha propriedades em Mambucaba, distrito de Angra dos Reis. Curiosamente, o barão não ostentou esse almejado título por muito tempo. Morreu três meses depois, no ano de 1855. (ASSUNÇÃO, 2017).

Com o seu falecimento, a propriedade passa a pertencer a José Gonçalves de Oliveira Roxo, que futuramente se tornaria o Barão da Guanabara. Foi ele quem, já nos áureos tempos do café, concluiu a edificação da casa com todas as suas particularidades. Ao contrário do que pode se pensar se comparado aos dias atuais, as estruturas não eram erguidas de uma só vez, e sim de forma separada. A

primeira parte construída era a das senzalas, que abrigariam os escravos, mantendo seguro e sob constante supervisão o patrimônio dos barões.



Figura 5. Casa grande. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 6. Vista da casa grande para o quadrilátero funcional. Acervo pessoal Bruno Avellar.

A construção como um todo foi bastante elaborada, não só para os padrões época, mas inclusive para os atuais. A infraestrutura completa para atender a fazenda contava com um imponente aqueduto, em pedra, utilizado para abastecer a casa grande e engenhos, levando água para os moinhos. Outro detalhe que impressiona é o quadrilátero funcional, talvez o “carro chefe” do lugar. Muito utilizado nesse tipo de propriedade no período do café (como também já mencionado neste trabalho), é o único do Brasil que mantém a estrutura original dentre as fazendas históricas. De lá, o barão podia acompanhar todo o processo necessário entre o plantio e o escoamento das sacas de café. A estrutura do engenho, onde o café era beneficiado, a enfermaria dos escravos, onde a sua mão de obra (ou produto) era cuidado para evitar maiores prejuízos, além das senzalas, também chamam bastante atenção. Se por um lado o que impressiona era a crueldade e humilhações pelos quais os negros eram submetidos, hoje podemos nos surpreender com tamanha preservação dessas estruturas.

Em 1875, com a morte então Barão da Guanabara, a fazenda é adquirida da sua senhora, a Baronesa da Guanabara, por seu pai, o Barão de Vargem Alegre, que por sua vez, em 1879, passou-a, através de herança, ao seu outro filho, o Comendador Raymundo Breves de Oliveira Roxo.

Com a aproximação do fim do século XIX, o café passa por uma imensa crise. O lugar que viveu seu auge com os barões, não resistiu à junção de elementos, como o colapso do café na região, a migração dos cafezais para a região do oeste paulista, que tinham como força de trabalho os imigrantes remunerados. O fim do sistema escravagista no ano de 1888 e a instauração da República do ano seguinte, lhes tirou a principal força de trabalho, aplicando o “golpe de misericórdia”.

“Na antiga província Fluminense, a roda d’água já não gira para o café, a terra, tão esgotada quanto os escravos que o barão não poupava, virou pasto e alimento para o gado leiteiro.” (POUSADA FAZENDA PONTE ALTA, 2016).

Foi o comendador quem enfrentou esta crise do café, até se ver obrigado a entregar a fazenda, em 1890, para pagamento de dívida com o Banco do Brasil. Executada esta e muitas outras dívidas pela instituição, a Fazenda Ponte Alta foi adquirida em um lote com outras trinta propriedades, em uma carteira hipotecária do Banco de Crédito Real do Brasil.

O arrematante no ano de 1903 foi um rico comerciante português, o Comendador e Conde João Leopoldo Modesto Leal. Essa aquisição ocorreu no momento em que se fez substituição da agricultura pela pecuária, tendo no Vale do Paraíba o leite como principal produto. A região que antes era tomada pelo aroma do café, deu lugar a uma imensa bacia leiteira.

No ano de 1936, a Fazenda Ponte Alta foi herdada por Dona Isabel Modesto Leal, que também ficou conhecida como Dona Isa, neta primogênita do Conde. Essa herança não se deu ao acaso. O conde deu para ela duas propriedades como opção para escolha. Quando ela foi conhecer a outra propriedade, acabou por machucar a mão na porteira de entrada da fazenda, fazendo com que ela interpretasse de maneira pessoal como sendo uma espécie de “sinal” de qual lugar deveria escolher. (ASSUNÇÃO, 2017).

Era uma nova era, um novo século, onde cada vez mais o passado era deixado para trás. Isso teve impactos históricos positivos, mas também negativos.

[Se por um lado] “A aristocracia escravagista é renegada, seus valores recusados” [...] [Por outro, é] “assim justificada a demolição de prédios seculares.” (POUSADA FAZENDA PONTE ALTA, 2016).

Talvez por influência do destino, a fazenda tenha passado nas mãos de pessoas que puderam e quiseram preservar suas estruturas e história. No entanto, a maior perda estrutural e histórica que se tem notícia foi o incêndio na casa grande, que ocorreu no ano de 1938. Sua reconstrução, em estilo colonial mexicano, não respeitou os padrões arquitetônicos da época, mas o futuro lhe reservaria outro lugar de destaque. As cinzas deixadas pelo fogo deram lugar a outras páginas, dessa vez na história recente do país.

O Brasil dos anos 50 reservava a Fazenda Ponte Alta um novo papel, dessa vez como sede da política do interior fluminense. Dona Isa era amiga política e pessoal do então presidente Getúlio Vargas, que entre muitas visitas ao local, comemorou os seus últimos cinco aniversários na propriedade. Getúlio subia a serra na companhia de uma confeitaria da tradicional Confeitaria Colombo, que junto de uma quituteira da região, eram as responsáveis pelas farturas gastronômicas das comemorações. (ASSUNÇÃO, 2017). “Lá ele consolida o seu poder, entre reflexões solitárias e concorridos churrascos políticos” (POUSADA FAZENDA PONTE ALTA, 2016).

A antiga casa grande da fazenda, que era a moradia do barão e sua família, dá lugar a uma nova sede, com o luxo digno de um lugar onde se hospedava um presidente da República. Como destaque tem-se o banheiro da suíte presidencial, todo em mármore Carrara. A decoração é completada com uma imensa mesa de jantar, e hoje, nas paredes, podem ser vistas fotos do chefe de Estado em suas diversas visitas à fazenda.

Em 1960, a fazenda foi adquirida por Nellie Pascoli, empresária pioneira no ramo de mineração, quando tal atividade era exercida apenas por homens. Foi co-fundadora do grupo CAEMI (hoje incorporada pela multinacional Vale). Dona Nellie era imensa apreciadora da arte brasileira e, em especial, da fase histórica do Brasil colonial e imperial. Em 1972 ela, já munida de uma mentalidade voltada para a preservação do patrimônio histórico através de um projeto arquitetônico, recuperou o antigo moinho de pilões de café da fazenda e mobiliou a casa sede com peças dos séculos XVIII e XIX.

Em 1982, a senhora Nellie Pascoli morre e deixa a Fazenda Ponte Alta como herança para seus sobrinhos, Evelyn Pascoli e Ricardo Pascoli. Ainda segundo Assunção, coube a Evelyn o grande destaque no que diz respeito à preservação da história e a transmissão da cultura local. Foi a grande pioneira do Turismo Cultural na região do Vale do Paraíba. Também foi a responsável pela criação do “Sarau Histórico”, que ajudou a levar a PFPA a ocupar um enorme lugar de destaque no segmento cultural de toda a região. Nessa encenação, a história da fazenda, como parte do contexto geral da história do Vale e do Brasil, é narrada e vivida de forma teatral, o que permite ao visitante e turista um mergulho no passado, e um entendimento do que se passou até chegar ao tempo presente.

Dona Evelyn, também foi diretora executiva do Instituto PRESERVALE, que será falado um pouco mais a frente, além de ocupar por quatro anos a função de secretária de turismo de Barra do Piraí. A impulsão do turismo na região deve-se muito ao que a figura dela representou. Faleceu no ano de 2003, aos cinquenta e dois anos. A propriedade ainda fica na família até o ano de 2008, quando é vendida para o empresário Jair Ferreira, grande pecuarista da região, que tem como atividade principal o gado de corte. Atualmente a Fazenda Ponte Alta divide espaço entre a pecuária; e o ramo cultural, turístico e hoteleiro.

3.2. PFFA - Pousada Fazenda Ponte Alta

Podemos conhecer acima um pouco da história da propriedade da Fazenda Ponte Alta e o que possibilitou que sua trajetória no passado possa e deva ser reconhecida e valorizada no presente e nas próximas gerações.

Vamos entender um pouco do histórico de como ela passa de unidade agrícola produtora de café para uma referência local e regional, produtora de cultura, responsável por transmitir tais conhecimentos e o processo percorrido para se tornar hoje na Pousada Fazenda Ponte Alta, uma estrutura de quase duzentos anos, pioneira em turismo histórico no Vale do Café, referência cultural da região e polo acadêmico multidisciplinar.

Como já dito, os proprietários pelos quais a fazenda passou ao longo do tempo foram determinantes para que se tenha essa história preservada até os dias de hoje. Claro que ao longo do tempo ela passa por transformações e modernizações. Mas se tratando de um período onde a preservação do patrimônio histórico e valorização da cultura do passado ainda engatinhavam, elas merecem esse reconhecimento.

D. Isa construiu a atual sede de pedra no lugar da antiga vivenda da fazenda. O que se vê hoje, desta antiga “Empresa Agrícola do Café”, é a parte do conjunto de serviço das antigas instalações do café, incluindo o engenho do café, o engenho de serra, a senzala, as tulhas e as oficinas, que formavam um quadrado fechado. Por tudo isso, é, na região, o mais representativo conjunto de serviço da época do café. (PRESERVALE, 2016).

A entrevistada Michele Assunção nos dá notícia que Nellie Pascoli adquirira a fazenda no ano de 1960, já pensando em toda essa estrutura histórica. (ASSUNÇÃO, 2017). A mentalidade da preservação e valorização da cultura já começam a fazer parte do cenário e contexto nacional nesse período. Melhorias foram feitas através de projetos de restaurações, como por exemplo, a do moinho.

Através de um projeto de terapia holística,⁵ desenvolvido por um dos herdeiros, a proprietária Evelyn Pascoli, psicóloga de formação, faz com que a

⁵ A terapia holística é uma prática não médica, onde predominantemente se busca o equilíbrio corpóreo, psíquico e social por meio de estímulos naturais, mediante a autoajuda ou despertar da consciência do indivíduo sobre seu corpo e seu papel em seu meio. Disponível em: <<http://ahau.org/terapia-holistica-o-que-e/>>

Fazenda Ponte Alta começasse, em 1982, a se tornar um local de refúgio e hospedagem.

Na fazenda, Evelyn Pascoli tinha o lugar perfeito, em meio a toda a natureza pela qual a propriedade estava cercada, para montar os seus grupos de terapia.

Nessa altura, a estrutura da fazenda contava com nove apartamentos. Inicialmente, a intenção principal era que as pessoas viessem e passassem um tempo no lugar fazendo essa terapia. Dona Evelyn também era uma mulher muito mística e realizava tratamentos com pedras. A estadia era complementada com um cardápio onde predominavam comidas naturais. (ASSUNÇÃO, 2017).

Em certo momento, ela pensou sobre o legado cultural que a fazenda possuía e sabia que era preciso abrir a Ponte Alta para visitação, fazendo com que ela se mantivesse a partir delas. Algumas poucas hospedagens começam a ser feitas a partir do ano de 1988, mas o início oficial, inclusive com a abertura de uma empresa que fosse responsável pela pousada e todas as atividades culturais da fazenda, ocorreu no ano de 1994. (FREITAS, 2017).

Hoje, as dependências da fazenda ocupam o mesmo solo onde pisaram antigos personagens, que testemunharam diante dos seus olhos a história acontecer. Na sede da fazenda, o bar e as salas de estar e jantar estão localizados onde originalmente o café era processado e ensacado depois de ser colhido, em meio a pilões, balanças e roldanas da época. A antiga senzala talvez seja um dos maiores destaques: as paredes que abrigavam os escravos foram transformadas em amplos apartamentos com mobílias antigas, que passam um ar rural simples e rústico. Também nessa mesma ala o espaço hoje conta com uma biblioteca e um impressionante museu com objetos e utensílios da época, além de instrumentos de punições e torturas para escravos que fizessem algo que desagradassem feitores ou senhores.

O local onde acontecem as apresentações do “Sarau Histórico” - que conta a vida cotidiana de uma fazenda tradicional na época, principal produto cultural e que trouxe grande notabilidade à fazenda, juntamente com o “Gege na Ponte Alta, um sarau histórico” – fica localizado num salão onde antigamente ficava a capela da fazenda, algo comum nestas antigas propriedades.

A pousada está localizada a cerca de duas horas da capital fluminense (aproximadamente cento e vinte quilômetros do Rio de Janeiro) e oferece atualmente quinze apartamentos de diversos tamanhos para acomodar hóspedes.

Dentre as opções de lazer, estão também atividades ao ar livre, caminhadas ecológicas, piscinas, sauna e churrasqueira.

Obviamente, a atmosfera do lugar conta bastante para que a importância histórica do lugar seja inquestionável. Mas o que certamente garante que o lugar seja um polo acadêmico multidisciplinar, além de um lugar de produção diária de cultura, é a estrutura preservada e criada para atender todo esse público, além das atividades culturais que se baseiam nas antigas histórias da fazenda, no modo de vida na roça e no cotidiano de ilustres e anônimos que por lá passaram.

Nos anexos (p. 96), pode-se ver a reprodução de um folheto de distribuição interna da Fazenda Ponte Alta. Nele estão contidas as atividades que ocorrem na fazenda. Estão listadas: visitas de escolas; Museu do Escravo; senzala; chá imperial; caminhada ecológica; festa junina; jongo e baile imperial.

As imagens ilustram um pouco dessas atividades. O material é simples, mas no que se propõe, é bastante assertivo no seu conteúdo. Consegue resumir em poucas imagens tais atividades, ressaltando as respectivas importâncias de cada uma delas: o turismo pedagógico; o museu com peças originais e da época, reconhecido pelo IBRAM; a senzala que pertence à estrutura original da fazenda e que é tombada pelo INEPAC; a gastronomia característica da região e período; a harmonia e contato com o patrimônio natural; festas tradicionais que exaltam a cultura da roça; apresentação de dança típica, mais uma cultura herdada pelos escravos e preservada pelas gerações descendentes; e por último, todo o *glamour* que o período imperial imprimiu em propriedades como estas.

A parte de infraestrutura cultural e histórica da PFPA é bem discreta, se comparada a toda extensão da propriedade. Em terras a perder de vista temos esta “ilha” que resiste bravamente à ação do tempo, cercada de pastos e gados nobres e, mais que isso, faz com que à medida que o tempo passe, ela seja um agente para o fomento das atividades que ocorrem nesta “península”, cercada por um mar de conhecimento e possibilidades.

Algumas atividades se destacam com muita notabilidade e produzem cultura através de uma livre reprodução dela, estando inserida em um processo de reconhecimento, interpretação e transmissão de conteúdo histórico, um processo que ao longo do tempo foi se retroalimentando.

3.3. Atividades culturais desenvolvidas

Esse processo pelo qual a cultura se permite passar, para que através de uma fabricação de um produto novo consiga se manter e valorizar um mais antigo, é fundamental para lugares como estes. Segundo Michele Assunção, turismóloga e historiadora de formação, “Baronesa de Mambucaba” e “Dalva de Oliveira” de ofício, nas apresentações dos saraus, em relação ao primeiro, ela contou que durante a apresentação da sua tese tentou provar que tal atividade que ocorria na PFFPA era uma tradição inventada, com dia e hora marcada. Claro que essa invenção se dá inspirada em fatos e documentos históricos que comprovam alguma parte dessa história sobre vivências passadas, porém com livre adaptação e a artística “licença poética”. É o caso dos dois maiores produtos culturais e, porque não, comerciais da Pousada Fazenda Ponte Alta: os verdadeiramente reconhecidos “Sarau Histórico” e “Sarau Gege na Ponte Alta, um sarau musical”.

3.3.1. O Sarau Histórico

O Sarau Histórico surgiu no ano de 1999. Na época, a então proprietária da Fazenda, Nellie Pascoli, junto com o amigo e atual administrador da pousada, Roberto de Freitas, precisavam criar um produto para a divulgação do lugar. Cada fazenda da região tinha essa incumbência, com o objetivo de promover as propriedades no Festival da Goiaba daquele mesmo ano. Surge a ideia de fazer uma apresentação da história da fazenda, com todas as particularidades daquele lugar, utilizando trajes da época e encarnando ilustres personagens do passado, baseando-se nas histórias daqueles tempos e do próprio lugar, obtidas através de pesquisas e documentos da época.

Na história, o Barão e a Baronesa de Mambucaba apresentam-se aos espectadores através da linguagem teatral, trajando vestimentas e acessórios da época, como era a vivência do cotidiano de uma tradicional família patriarcal do período. São abordados ao longo da encenação/palestra, conteúdos relacionados ao período do café, que são contadas através de uma viagem no tempo, passando pelo histórico do grão no mundo e no Brasil, a importância que teve a Região do Vale do

Paraíba no período do século XIX, além de sua importância para o país como um todo, onde o grão era responsável pelo sustento da economia nacional.

Após o falecimento de Dona Nellie Pascoli, duas outras atrizes viveram o papel da Baronesa. Em 2003, Michele Assunção assume essa função e passa a ser a responsável por dar vida ao personagem.

Ao longo do tempo o sarau foi se aperfeiçoando através de estudos e com novas informações que iam, e ainda vão, surgindo através deles. Até chegar ao que se tem atualmente, ele passa por muitos formatos, que ainda variam de acordo com o perfil dos grupos visitantes. Em seu formato oficial de hoje, possui quatro personagens em cena: o Barão de Mambucaba ainda vivido pelo administrador da PFFA e historiador Roberto de Freitas, a Baronesa de Mambucaba, sua filha Luizinha e a mucama Rosa. Esta última é interpretada por Dona Delza, funcionária da fazenda e que para a história ser retratada com grande proximidade da realidade, tem participação fundamental, já que toda família tradicional tinha escravos responsáveis por realizar esse ofício. Vivendo esse papel da mucama Rosa, a atriz e copeira da fazenda se interessou e dedicou-se a buscar através de pesquisas um pouco mais da sua própria história, e na apresentação faz um emocionante relato da história e trajetória da sua família, entre eles, conta que o seus avós foram escravos na Bahia. O grau de parentesco tão próximo de uma pessoa viva, mesmo que da terceira idade, nos aproxima ainda mais desta triste história, ainda tão recente e fundamental para entender pelo menos um pouco a formação da nossa sociedade.

Essa é a principal montagem realizada para hóspedes e visitantes e está muito associada ao turismo pedagógico, que se destaca no local e tem esse público como principal, quando o assunto é grupos de visitantes. Nas palavras do próprio Roberto de Freitas, ou Barão de Mambucaba, “[é] o produto principal da fazenda e o pioneiro da Região. [...] Nós criamos ele [em 1999] e hoje a gente faz ele quase que diariamente.”

Toda essa imersão no passado histórico é finalizada com a apresentação de ritmos musicais e danças da época, como polka, valsa, maxixe e minueto, onde os “nobres anfitriões” ensinam os visitantes como se divertiam os seus convidados do século XIX.



Figura 7. Apresentação do Sarau Histórico. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 8. Baile do Barão com visitantes dançando músicas e ritmos da época. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 9. Baile do Barão com visitantes dançando músicas e ritmos da época. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 10. Grupo de visitantes com trajes de época. Acervo pessoal Bruno Avellar.

3.3.2. Gege na Ponte Alta, um sarau histórico

O “Gege na Ponte Alta” surge no ano de 2008. Quando a fazenda é adquirida pelo atual proprietário Jair Ferreira, a Casa Grande passa a ser incorporada no contrato de arrendamento, que ainda incluem a pousada e a estrutura cultural e histórica do quadrilátero funcional. Com isso, o valor da locação é reajustado e é necessário buscar uma outra atividade que possa gerar novas receitas que supram essas cifras.

Surge assim a ideia de fazer uma apresentação que agora incluía essa nova “aquisição histórica” e através de pesquisas descobriu-se que Getúlio, que como já mencionado frequentava a Fazenda e se hospedava nesta mesma Casa Grande, entre seus convidados, trouxe algumas cantoras de rádio das décadas de 40 e 50, mas segundo Michele Assunção “tudo em prol da arte”.

O rádio durante o governo do Presidente Getúlio Vargas era o principal veículo de comunicação e tinha enorme abrangência, tendo alcance ao longo de todo o território nacional, penetrando todas as camadas sociais da população. “Neste período a transmissão televisiva era insipiente e adiantando as notícias da mídia impressa, o rádio reinava soberano”. (COUTO, 2016).

O início da era do rádio teve início do ano de 1923 e se no começo suas operações se destinavam a fins educativos, logo ele foi se tornando um eficaz e popular meio de comunicação comercial. Getúlio Vargas é um dos responsáveis pela radiodifusão no país, tornando-o instrumento oficial em seu governo. O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, era o grande regulador da produção radiofônica brasileira. O Governo adquiriu a Rádio Nacional e com ela, criou programas musicais com participação de auditório e promoção de concursos musicais entre compositores e intérpretes. “O curioso é que as apurações dos concursos eram realizados na sede do DIP e os resultados, transmitidos durante o noticiário da Hora do Brasil. Assim a audiência popular ficava garantida, desta forma o público era obrigado a manter o rádio ligado e ouvir as notícias da estatal”. (COUTO, 2016).

Conjugando a história do rádio, a presença do Getúlio na fazenda e com ele alguns artistas desse tempo, a Pousada Fazenda Ponte Alta criou um sarau, inspirado nos antigos programas de auditório e transporta o visitante não só para as emissoras antigas, mas para a era de ouro da rádio nacional. Nessa atividade, a

maior frequência de visitantes são da terceira idade, ou seja, é uma viagem na própria história, porque essas músicas fizeram parte da infância, adolescência e juventude de muitos deles.

São cerca de dez atores em cena e uma particularidade destacada por Michele Assunção, que também compõe esse elenco, pode explicar essa identificação e maior interação do público nessas apresentações:

“O que eu falo pras pessoas, que o maior barato é que não tem nenhum ator formado, eu até agora estou estudando na CAL. A maioria das pessoas que fazem são professores e formados em História. Mas o que eu sinto é que não precisa essa atriz bonita, o ator lindão. Não precisa ser um grande espetáculo, que a gente vai no teatro do Rio. A impressão que eu tenho é que as pessoas gostam mais, se sentem mais valorizadas e próximas, porque nós somos “pessoas normais”. (ASSUNÇÃO, 2017).

3.3.3. Museu do Escravo

O Museu do Escravo foi criado no ano de 1997, segundo registro no IBRAM (Instituto Brasileiro dos Museus). O espaço está na área do quadrilátero funcional da fazenda, localizado na antiga ala das senzalas. Nestas, os escravos eram divididos entre homens e mulheres e para evitar conspirações e fugas, escravos da mesma etnia eram separados. O historiador Roberto de Freitas e outros profissionais estudam os escravos que passaram pela região:

Os escravos sempre lutaram pela sua liberdade. E aqui é uma região quilombola, tinha muitos quilombos na região (*sic*). Então os senhores prepararam algumas formas de evitar as fugas. Por exemplo, as senzalas não tinham janelas, a porta era trancada por fora. Era uma região que teve muito sofrimento, os escravos penaram muito trabalhando nas lavouras de café e sustentaram o Brasil no Primeiro e Segundo Império. (FREITAS, 2014).

O Museu dos Escravos é uma forma de entender como eles viviam (ou sobreviviam) e, ao mesmo tempo, não esquecer essas tristes marcas que para sempre serão motivos de vergonha da História do Brasil.

A gente tem que entender que o Brasil foi o último país cristão a ter escravos no mundo. Cuba foi o penúltimo e o Brasil foi o último. Então essa escravidão que desumanizou, ela foi muito forte no nosso país (*sic*). Então a gente mostra essa questão aristocrática, e a gente tem que entender que isso tudo foi muito bonito porque foi a mão de obra escrava que fez com que a riqueza acontecesse. (ASSUNÇÃO, 2012).



Figura 11. Artefatos do Museu dos Escravos. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 12. Artefatos do Museu dos Escravos. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 13. Artefatos do Museu dos Escravos. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 14. Visita ao Museu do Escravo. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 15. Visita ao Museu do Escravo. Acervo pessoal Bruno Avellar.

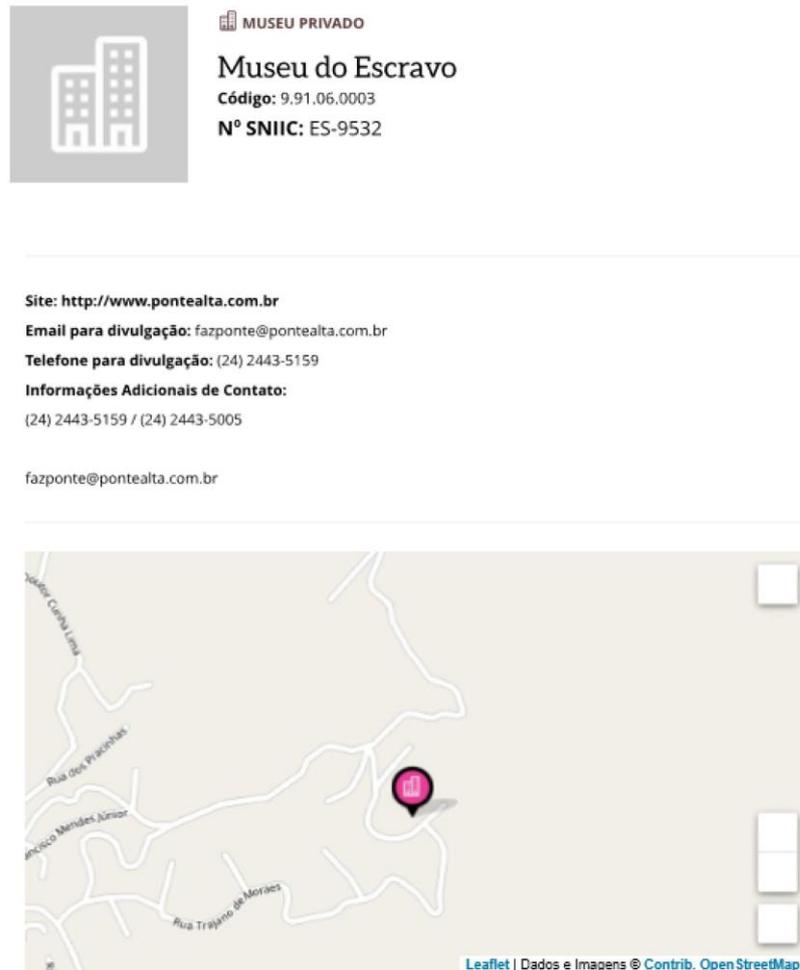


Figura 16. Registro do Museu do Escravo no IBRAM.

No museu, os pisos de madeira são originais e a construção, hoje rebocada, possui alguns nichos que permitem a visualização das construções de barro e pau-a-pique. São reveladas assim a marca dos dedos dos escravos nessas paredes, o que evidencia, garante a presença física e reforça a presença dos negros naquele local, assim como as telhas originais, onde pode se ver o molde das cochas dos escravos. Estudos, pesquisa e documentos revelam que no auge da sua produção, a fazenda teve cerca de setecentos escravos.

Artefatos agrícolas, outros documentos históricos e instrumentos de tortura são alguns itens que compõem o museu (vide anexos, p. 89 e 90). Muitos deles são originais da fazenda e foram descobertos através de escavações de arqueólogos.

Segundo registro no IBRAM, o museu é privado, porém, a entrada é franca, mediante agendamento prévio. O responsável pelo arrendamento da estrutura histórica, Roberto de Freitas, conta que apesar da entrada não ser cobrada, ele sempre indica que os interessados em conhecer o museu façam um *tour* completo.

Aqui funciona com agendamento, a visita ao museu não é cobrada, mas geralmente a gente orienta as pessoas a almoçarem e fazer a visita guiada. Então, na verdade, pagaria o guia e a refeição, porque na verdade (*sic*), através [também] dessas visitas que nós mantemos isso tudo. (FREITAS, 2017).

Como já citado, essas três atividades são as mais importantes da fazenda, do ponto de vista do aspecto histórico-cultural, mas não podemos deixar de lado um ponto fundamental e que merece ser destacado. Manter toda essa estrutura histórica custa muito dinheiro, e se for com a qualidade merecida, os custos são ainda maiores. Quando questionada sobre a importância do turismo cultural na região do Vale do Paraíba, Michele Assunção joga luz em uma questão que talvez muitos não levem em consideração:

Ajuda a manter a estrutura histórica, porque muitos donos dessas fazendas são herdeiros, mas não necessariamente tem dinheiro para manter. Então, mesmo que tenha uma atividade forte, dentro uma estrutura da fazenda, é com ajuda do turismo que ajuda a manter. Além de preservação de patrimônio, divulgação de uma história que por muito tempo ficou esquecida, até porque essas fazendas por muitos anos ficaram abandonadas. Esses são os principais motivos. (ASSUNÇÃO, 2017).

Ao Roberto de Freitas, que administra a PFFA, também fizemos a pergunta em relação às receitas que são necessárias para manter o empreendimento cultural: A fazenda consegue se manter somente com essas atividades culturais?

Tem época que não, mas tem época que sim. O que mantém a parte da visitação é ela própria. Quem cuida da estrutura é o proprietário da fazenda, mas nós fazemos essa manutenção. Eu arrendo o espaço, pago o aluguel para funcionar aqui dentro. Como se eu estivesse alugando uma casa. Eu alugo a pousada [que engloba toda essa parte histórica]. (FREITAS, 2017).

Sendo um herdeiro com ou sem recursos, ou um pequeno empresário do ramo cultural-hoteleiro, as atividades que ocorrem nessas fazendas são profissionais e alimentam toda uma cadeia, local e regional. Geram emprego e renda, e tudo isso tendo a história, cultura e outras disciplinas como base de operação, ainda que neste trabalho não tenha sido possível realizar uma pesquisa quantitativa de forma ampla, nos estudos realizados não vimos nenhum grande empresário responsável por essas atividades, pelo contrário, elas são secundárias e terciárias, o que

também não deve ser encarado com um problema, desde que ela esteja sendo realizada de forma séria. Porém, por não se tratar de uma atividade principal, ela encara dificuldades tanto para se manter, quanto para expandir as atividades e possibilidades. Quando nos referimos responsáveis por esses lugares, estamos falando de “operários da cultura” e não de “engenheiros” dela.

O museu dedica-se a expor alguns artefatos e materiais encontrados na fazenda, assim como outros indícios que a mão-de-obra escrava esteve presente no local. Os próprios administradores das atividades da fazenda reconhecem que ainda falta muito estudo e pesquisa sobre esses escravos. Talvez seja por isso que não haja um trabalho voltado para valorização da cultura negra ou identidade dos negros que estiveram em locais como essa fazenda.

3.3.4. Polo acadêmico

Podemos ver acima a principais atividades culturais que são oferecidas pela PFPA. Talvez, muito por causa da preservação e estrutura que se criou, tanto da propriedade, como no entorno das atividades que as mantiveram, foi possível que no lugar se estabelecesse de forma voluntária ou mesmo involuntária, um grande sítio transmissor de conhecimento. Toda essa infraestrutura, seja ela de forma natural ou de forma mecânica desenvolvida no lugar, com o passar dos anos, credenciou a PFPA a servir tanto de base, quanto de objeto de estudo para atividades relacionadas à transmissão e recepção de conhecimento e isso incidiu de diversas formas, tanto no ensino de nível fundamental, passando pelo médio e superior, como também nos mais diversos níveis de graduação, através de pesquisas e trabalhos como este.

A verdade é que, como visto aqui, e também como não mostrado neste material, a cultura possui inúmeros significados, manifestações, materializações (ou “imaterializações”), teses, e longo alcance. Por tudo isso, o seu caráter multidisciplinar e interdisciplinar se faz presente e possibilita o enriquecimento de conteúdo e composição dos elementos acima.

Assim como na cultura, este trabalho foi e está sendo resultado de alguns processos e parte da ideia de escrever sobre ele surgiu através do que li no trabalho do autor Lucas Barros de Castro, através de sua dissertação “Ensino de História na

Fazenda Ponte Alta: História, cultura e educação”. Segundo o mesmo, em sua apresentação, “O projeto entrelaça historiografia, espaços não formais, cultura e ensino de História.”

Segundo o administrador da PFFA, esse é o maior público do local seguido dos grupos de terceira idade. O turismo pedagógico movimenta o lugar e é um dos principais responsáveis pela geração de receita. Claro que esta atividade deve ser explorada de tal forma que consiga dinamizar o ensino, mas também deve ser conjugada com o ensino regular, inclusive para que as saídas para campo criem uma atmosfera diferente e com isso se permita que a aprendizagem seja potencializada, justamente através deste rótulo de atividade complementar, gerando expectativas, que possam ser correspondidas ou até mesmo superadas pelos participantes.

Sobre o turismo pedagógico, Michele Assunção afirma que “em relação às escolas que visitam das que não fazem a visita, a grande diferença é uma vivência da história [...]”. Já Roberto de Freitas, aponta que:

[...] a memorização é mais fácil. A visualização é mais fácil. A informação é mais fácil, tanto para passar, quanto para captar a informação. Exatamente essa passagem de informação e a visualização dela. É mais prazeroso do que ler um livro. Claro que abrir um livro é fantástico, mas você ver de onde que vem a informação do livro é melhor ainda. (FREITAS, 2017).

Lucas Castro vai um pouco mais profundo na resposta:

Acredito que a educação através do turismo para todas as gerações, parte do princípio da experiência, que é isso que o turismo traz de principal como ferramenta pedagógica de ensino e aprendizado pra educação, não só para alunos da rede formal, mas para qualquer pessoa que busca conhecimento através de uma forma agradável e lúdica. Então é isso que a gente fez trabalhando juntos, inclusive você [Bruno Avellar] fez parte disso, que é permitir que a educação seja feita através de viagens a lugares novos, espaços culturais novos, como fábricas, parques nacionais, fazendas de café, clubes, entre outros. Espaços onde se produz cultura diariamente, seja social, econômica ou religiosa. Então acredito que turismo, cultura e educação caminham de mãos dadas. Definindo então a pergunta, o turismo nesse caso é uma ferramenta de ensino e aprendizagem para área de educação, permitindo que as pessoas tenham a experiência local, aprofundem o conhecimento local através da História Oral, lendas, costumes e tradições daquela região, através da Micro-História, da história local e através de ensinamentos interdisciplinares daquele local (*sic*) [...]”. (CASTRO, 2017).

Em sua dissertação, ele escreve sobre “espaço não formal” no ambiente do ensino de História, em que caracteriza esse lugar como: “todas as atividades organizadas, sistemáticas, pedagógicas, práticas e educativas, realizadas fora do

marco do sistema oficial de ensino para facilitar determinados tipos de aprendizagem”. Neste caso, o autor considera a importância que o ensino fora do espaço “tradicional” possui para o ensino e sistema educacional.

Esse conceito pode ser amplamente aplicado no que diz respeito à cultura, principalmente em lugares como a PFPA. Quando aqui me refiro a “espaços não formais de cultura”, na verdade a intenção é de fazer uma transferência e adaptação da expressão, por pessoalmente considerar que além de se encaixar no assunto, agrega valor a ele, de modo que curiosamente “formaliza o sistema informal”. Alguns conceitos de cultura, já mencionados no trabalho, dão conta desse termo, porém sem mencioná-lo. Em minha pesquisa não encontrei nenhuma menção desta terminologia ou expressão, o que certamente não diminui a sua importância na cultura como um todo, mas talvez o uso dela possa simplificar o entendimento e fundamentar o reconhecimento do patrimônio cultural, tanto no seu formato tangível quanto intangível.

Quando passo a considerar os já anteriormente mencionados “símbolos atribuídos a memórias, locais, pessoas, culinária, conhecimentos e tantos outros formatos em que seja possível agregar valor para um grupo” como “espaços não formais de cultura” tenho a intenção apenas de ambientá-los conceitualmente, e não criar barreiras ou delimitá-los. A ideia de considerar diversos e distintos elementos como um “espaço”, no sentido de “lugar” é, a meu ver, legitimá-los, e reforçar a importância que a vivência cultural tem para o indivíduo. Essa associação de “expressão” não tem a intenção de “valorizar” determinada cultura ou ela como um todo, que por si só já possui elementos mais que suficientes para tal. Agora, talvez através dela se consiga colocar no mesmo patamar que “espaços” institucionalizados, como museus, casas de cultura, teatros entre outros, sem que para isso sejam submetidos a este processo formal e que, ainda sim, não tenham diminuídos o reconhecimento de sua importância na esfera da cultura, seja ela local, regional ou nacional.

O local possui uma enorme contribuição para a cultura em todas as esferas, e dimensões. Suas dependências não fizeram só parte historicamente e culturalmente da cena nacional. Elas foram testemunhas oculares e hoje se apresentam como tais e seguem, com o passar dos séculos, possuindo uma relevante função, se antes como sujeito passivo, hoje como sujeito ativo, social, histórico e cultural.

Toda essa relevância permite levantar questões sobre porque esses lugares detêm essa “credencial” para transmitir conhecimento para diferentes pessoas de diferentes condições financeiras e socioculturais, se grande parte dele também está nos livros de História. Talvez a resposta esteja justamente no formato em que estes conhecimentos são transmitidos através do próprio lugar. O sujeito é transportado da condição de prisioneiro de linhas impressas, para o “excursionista da história”, podendo presenciar e vivenciar situações que conhecia por meio de capítulos de livros, mesmo que com séculos de distância, aliás, particularmente, o fator temporal, que em um primeiro contato com esses lugares pode ser um “choque”, ao longo da visita passa a ser um mero detalhe.

Quando questionados sobre o que consideravam vantagens acerca do ensino feito através dessas visitas, três entrevistados, apesar de terem sido entrevistados separadamente, deram respostas bem próximas.

Michele Assunção respondeu que “em relação às escolas que visitam das que não fazem a visita, a grande diferença é que uma vivência da história [...]”. Já Roberto de Freitas, disse que

[...] a memorização é mais fácil. A visualização é mais fácil. A informação é mais fácil, tanto para passar, quanto para captar a informação. Exatamente essa passagem de informação, e a visualização dela. É mais prazeroso do que ler um livro. Claro que abrir um livro é fantástico, mas você ver de onde que vem a informação do livro é melhor ainda. (FREITAS, 2017).

Lucas Castro vai um pouco mais profundo na resposta:

Acredito que a educação através do turismo para todas as gerações, parte do princípio da experiência, que é isso que o turismo traz de principal como ferramenta pedagógica de ensino e aprendizado pra educação, não só para alunos da rede formal, mas para qualquer pessoa que busca conhecimento através de uma forma agradável e lúdica. Então é isso que a gente fez trabalhando juntos, inclusive você [Bruno Avellar] fez parte disso, que é permitir que a educação seja feita através de viagens a lugares novos, espaços culturais novos, como fábricas, parques nacionais, fazendas de café, clubes, entre outros. Espaços onde se produz cultura diariamente, seja social, econômica ou religiosa. Então acredito que turismo, cultura e educação caminham de mãos dadas. Definindo então a pergunta, o turismo nesse caso é uma ferramenta de ensino e aprendizagem para área de educação, permitindo que as pessoas tenham a experiência local, aprofundem o conhecimento local através da História Oral, lendas, costumes e tradições daquela região, através da Micro-História, da história local e através de ensinamentos interdisciplinares daquele local (sic) [...]”. (CASTRO, 2017).

A atividade em campo tem sua relevância e em diversos aspectos exige muito trabalho para transformar essa saída em mais do que um passeio de escola

ou simples pesquisa acadêmica e assim poder aproveitar o máximo para que os envolvidos consigam extrair o ótimas experiências.

Trabalhar em campo é uma atividade que requer seleção dos lugares a serem visitados, planejamento e avaliação dos objetivos estabelecidos. Essas verdadeiras “expedições” não devem ser encaradas como um passeio da turma. Elas assumem o caráter de investigação. Os aprendizes devem adotar a postura de pequenos pesquisadores, atentos ao redor e prontos a realizar anotações. (CASTRO, 2013, p. 223).

A expressão “polo acadêmico” pode ser associada às diversas e distintas possibilidades que tem esse lugar. Aspectos geográficos, biológicos, históricos, culturais, arquitetônicos e tantos outros, servem de base e inspiração para que diversas pessoas que estão em busca desses conhecimentos, encontrem nesse espaço um lugar um perfeito objeto a ser estudado.

Os próprios responsáveis pela parte cultural da fazenda, Michele e Roberto, depois de décadas, voltaram para as salas de aula e concluíram o curso de História para entender sobre a região e pesquisar mais a fundo a história do lugar. Talvez Roberto tenha uma trajetória mais curiosa: ele trabalhava com contabilidade e realizava alguns trabalhos financeiros para o lugar. Tomado pelo interesse e curiosidade, acabou abandonando a área de exatas e a cidade grande pelo ar puro da fazenda. Sobre isso ele costuma brincar que “era contador e agora [sou] contador de histórias”.

Eu, particularmente, tive a oportunidade de trabalhar com alguns colegas de diversas áreas, nesse mesmo lugar. Hoje a PFFA, que me serve de objeto de estudo, serviu como referência a alguns trabalhos como o deles. Entre eles, além da tese de Lucas Castro, mencionada nesse trabalho, na área de educação, Verônica Maioli Azevedo, desenvolveu a tese “Uso de madeiras da Mata Atlântica em construções históricas no Rio de Janeiro”, voltada para área de Biologia. Na descrição oficial sobre esse trabalho ela aponta que:

[consistiu em] realizar uma referência cruzada utilizando três diferentes tipos de culturas materiais: documentos históricos, artefatos e paisagem. Tendo como foco as senzalas da Fazenda Ponte Alta no Estado do Rio de Janeiro/RJ, relacionou-se os dados históricos sobre o uso de madeiras de construção no período colonial com o conhecimento científico atual sobre a flora de Mata Atlântica, identificando as espécies utilizadas no passado e sua ocorrência nos fragmentos florestais remanescentes.⁶

⁶ Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_951be5b7cee5af1455d2a4c4176f28be/Details

Segundo Roberto de Freitas ela conseguiu mapear as espécies da Fazenda Ponte Alta. Esse exemplo serve para mostrar um pouco sobre as múltiplas possibilidades existentes no local.



Figura 17. Apresentação de jongo e turismo pedagógico. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 18. Caminhada ecológica. Acervo pessoal Bruno Avellar.



Figura 19. Dinâmica ambiental. Acervo pessoal Bruno Avellar.

Ainda sobre esses trabalhos realizados sobre a PFFPA, Michele e Roberto falaram que ainda não utilizaram muitos desses trabalhos para agregar nas atividades turísticas e culturais. Talvez falte justamente um modo que, junto à fazenda, consiga justamente controlar o recebimento e aproveitamento de todos que de alguma forma estudam o lugar, para que todo esse material possa estar vinculado e que em algum momento após serem estudados, sirvam para ampliação tanto de conhecimentos compartilhados, o que certamente poderia fortalecer ainda mais a relação do lugar e quem sabe através de um trabalho em parceria com alguma instituição, possibilitando o desenvolvimento de trabalhos que oficializem esse polo acadêmico multicultural, multidisciplinar e interdisciplinar.

Para finalizar, é importante levar em consideração que importantes iniciativas foram criadas e surgiram ao longo do tempo com objetivo de preservar e espalhar a importância desses locais. A primeira delas foi o Instituto Preservale, criado com o objetivo de estimular e desenvolver de forma sustentável a região, em conjunto com entidades de âmbito local, regional, nacional, e internacional,

concorrendo para que o conjunto de iniciativas promova o turismo, a preservação cultural e ecológica e a revitalização do espaço rural na região.

Os temas da cultura e do patrimônio histórico, associados aos interesses de conservação ambiental e do turismo sustentável, são articulados pelo Preservale, através de ações e projetos. Visando também ao fortalecimento da cidadania e a valorização das tradições regionais. O instituto promove também a valorização da imagem do Brasil no exterior, através da divulgação internacional e dos potenciais culturais, ecológicos e turísticos que são alvo das nossas estratégias de preservação e desenvolvimento. (PRESERVALE, 2017.)⁷

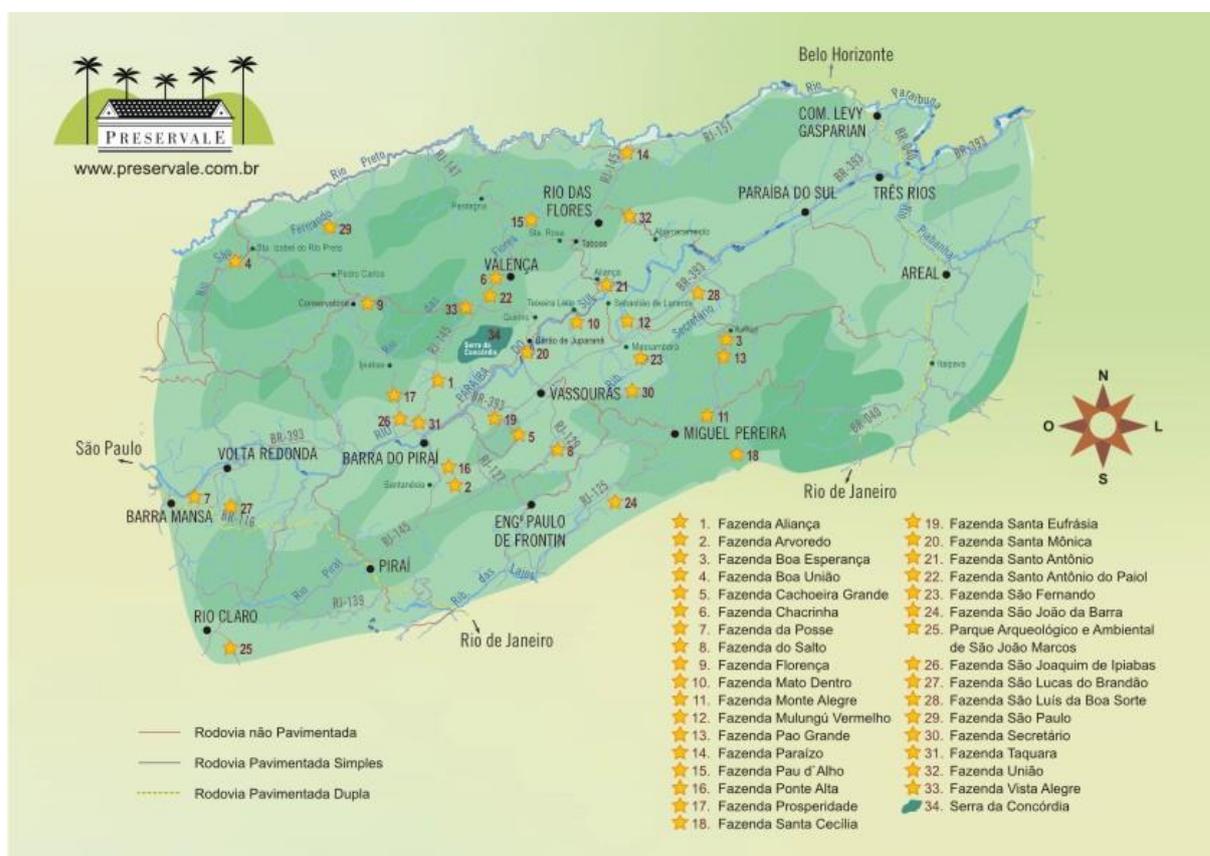


Figura 20. Mapa Preservale: fazendas da região www.preservale.com.br/mapa-da-regiao.

Outro grupo que merece destaque no atual cenário do Vale histórico é o grupo Vale do Café. Segundo Roberto Freitas:

O Vale do Café se formou sobre a orientação do SEBRAE, através de um projeto chamado “tour da experiência”, que tinha como objetivo experimentar o que era o século XIX. As pessoas que eram adeptas montaram o Vale do Café, para uma divulgação coletiva. (FREITAS, Roberto. 2017).

⁷ Disponível em: <<http://www.preservale.com.br/conheca-a-preservale>>

O grupo, atualmente, é responsável pelo Festival Vale do Café, maior evento da região e que serve para ampla divulgação dos locais históricos.

[...] Idealizado por Cristina Braga, primeira harpista da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e com direção artística de Turíbio Santos, o evento apresenta concertos de música nas fazendas, shows em praças públicas e igrejas, além de promover oficinas de música voltadas para as crianças da região.⁸

Criado no ano de 2003, ocorre sempre no mês de julho e conta com diversas programações contendo atrações musicais e programações voltadas para esses espaços históricos onde elas ocorrem, atraindo milhares de visitantes e principalmente dando visibilidade à região onde hoje se estende por mais de quinze municípios, alternando suas apresentações em lugares privados ou públicos, gratuitos ou pagos e levando a música popular de raiz para cenários históricos.

Apesar de considerar essas iniciativas de fundamental relevância no processo de preservação e desenvolvimento cultural e turístico na região, não vamos nos aprofundar a respeito delas neste trabalho.

Acredito que toda essa história, tradição, diversidade e cultura precisam ser preservadas. Seus potenciais precisam ser explorados, de maneira positiva e principalmente sustentável. As ações e iniciativas podem ser isoladas ou coletivas, desde que seja feito com cuidado e com muito estudo e responsabilidade, para que esse lugar resista por outros séculos e que a cultura seja retroalimentada através dessas atividades.

Pelo que vimos ao longo deste trabalho, o forte aspecto multidisciplinar e interdisciplinar podem ser o combustível para que a região seja cada vez mais inundada com pessoas em busca do conhecimento, seja através da transmissão ou recepção dele. A expressão polo acadêmico pode soar forte, mais certamente é compatível com todo o potencial da região.

Aos operários da cultura, cabem dar a sua contribuição, mesma que pequena. Foi isso que tentei desenvolver neste trabalho, mesmo que de maneira mínima, mas que certamente servirá como ponto de partida para algo muito maior, tão grande como a importância deste lugar.

⁸ Disponível em: <http://www.portalvaledocafe.com.br/sobre_o_vale_do_cafe.asp>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com diversos objetivos, entre eles, entender um pouco mais sobre a história da região do Vale do Paraíba. Pode-se acompanhar que ela, no passado, foi a principal região produtora de café do século XIX e que através dele conseguiu produzir histórias e culturas diversas, hoje se alternando entre a produção agropecuária e a difusão de conhecimento.

Vimos que o café que está na mesa e rotina de todo o mundo, em especial do povo brasileiro, surgiu na Etiópia e até chegar no território nacional, toda uma trama foi arquitetada, envolvendo biopirataria, paixões e acima de tudo muitos interesses comerciais.

É de fato curioso perceber como um simples grão, de um produto que pode ser considerado como não vital para o ser humano, pode conquistar tamanho prestígio e importância econômica e foi capaz de sustentar todo o país entre o século XIX e início do século XX.

Podemos notar mesmo que de maneira superficial como se deu a cadeia social do período e, ao contrário de hoje, que terras e latifúndios não eram grande patrimônio de uma família. Através de doações e com poucos investimentos era possível se obter grandes extensões de terras, porém tivemos a triste constatação que a maior riqueza de uma pessoa era o domínio sobre tantas outras, através da triste realidade da escravidão do negro no Brasil, fator que inclusive contribuiu e muito para as desigualdades e disparidades entre negros e brancos na sociedade brasileira. Claro que isso é um assunto para ser aprofundado através de uma pesquisa antropológica e sociológica bem mais profunda, e que não foi possível abordar neste trabalho, mas é sempre importante ressaltar isso em tempos em que a luta pela igualdade de classes e contra a discriminação racial (no sentido sociológico da palavra) é imprescindível para a sobrevivência de negros e pobres em todo o Brasil.

Podemos também ver um pouco da composição de uma tradicional família patriarcal no período cafeeiro e, infelizmente, ver que sua estrutura ainda está muito presente, não só na prática diária, mas na mentalidade de muitas pessoas que acham que o homem ainda possui domínio sobre a mulher ou propriedade para interferir na luta delas por seus direitos reconhecidos.

Vimos que desde os séculos passados e ainda hoje, o *status* influencia bastante as relações sociais, se antes através de posses e títulos de nobreza, hoje através de dinheiro e conhecimento.

A verdade é que alguns atores sociais foram se modificando através do tempo, mas eles ainda estão, e muito, presentes na sociedade brasileira, ainda que de maneira velada ou explanada e de forma negativa, muito do século XIX ainda está presente nos dias de hoje.

Pudemos acompanhar e quase “presenciar” que lugares podem se reinventar e vimos o milagre da ressuscitação de “cidades mortas” ao ver sua transformação em locais de múltiplas culturas locais e regionais e perceber e dar a real importância que todas elas compõem uma coisa muito maior, que é a identidade brasileira.

Ao abordar alguns conceitos básicos da cultura e do turismo, tinha-se o objetivo de verificar que alguns deles podem ser conjugados, complementados e até mesmo reinventados. Saber que tanto a cultura quanto o turismo possuem demandas, porém não necessariamente barreiras físicas, e que com isso a sua fusão, expansão e difusão em múltiplos formatos podem ser possíveis para readequação e a própria sobrevivência deles.

Ao nos encaminharmos mais para nosso objeto de estudo, pudemos entender um pouco mais sobre as construções e estruturas agrícolas do período, que no passado foram fundamentais para o funcionamento dessas unidades e ao mesmo tempo perceber que elas eram locais que puderam ir se modificando ao longo do tempo e se adequando a novas técnicas, práticas e cultivos. Através disso podemos perceber que hoje o que ocorre lá é a mesma coisa, só que dessa vez essa adaptação se dá por motivos culturais, sociais e econômicos, porque toda a fazenda sempre teve a função de produzir algo e possuir todo um legado histórico e cultural, que puderam sobreviver atravessando os séculos, para que agora pudessem ser vistos e contados. Assim, não fazia sentido deixar esses locais improdutivos, também nesses aspectos.

Sobre a escolha do objeto de estudo, já foi citado que ela ocorreu por diversos motivos relevantes, entre eles, vale a pena frisar a proximidade das proprietárias, com o interesse da preservação da história e cultura proveniente desses lugares. Em especial dona Nellie e Evelin Pascolli, que tiveram fundamental importância, cada uma no seu tempo e do se jeito, mas acreditaram no potencial

desses lugares e na cultura, abrindo e mantendo abertas as portas da fazenda. Com isso puderam possibilitar que o conhecimento sobre o local fosse difundido.

Quando o assunto são as atividades culturais que foram desenvolvidas na fazenda, foi possível constatar que a cultura e o turismo são feitos de demandas, e que elas foram desenvolvidas para atender as que foram surgindo com suas necessidades. Prova disso são os saraus desenvolvidos para produção de cultura e a geração de receita. Tudo isso usando como base a história do próprio lugar, provando que as atividades culturais podem ser desenvolvidas por diversos motivos, entre eles, a sobrevivência do local e tudo que ele representou, representa e ainda pode representar para diversos segmentos.

Dentre tudo que tanto Fazenda Ponte Alta quanto a Pousada Fazenda Ponte Alta pode oferecer de atrativos, é inquestionável que as visitas e hospedagens são as que mais impactam de maneira positiva a cultura, história, biologia e tantas outras áreas possíveis do local. Através do aproveitamento que se tem, desde as crianças no turismo pedagógico, passando pelos hóspedes e visitantes do museu e chegando até o público da terceira idade, as atividades culturais desenvolvidas no local são responsáveis pela maior parte da receita da pousada, segundo o próprio administrador Roberto de Freitas, e são as principais responsáveis pela aquisição e difusão do conhecimento.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a ampla pesquisa bibliográfica, tendo como fonte diversas áreas e campos disciplinares. Através das entrevistas, também usada como fonte de informação, procurou-se também saber e entender através de agentes que possuem ou já possuíram relação com o local o que e como ele desenvolvem, sendo conseguido extrair alguns detalhes técnicos sobre o processo enfrentado por cada um. Quando conversado com administradores do espaço e responsáveis pelas atividades culturais, pode-se notar muito engajamento para que o lugar tenha conseguido alcançar o seu lugar de destaque, ainda que haja algumas deficiências. A falta de documentos históricos que consigam aprofundar as bases do local, poucas pesquisas, se levado em consideração a história e preservação do lugar, além de falta de guias em inglês e material escrito em outras línguas foram os quesitos que mais chamaram atenção, porém, tudo isso são aspectos que possuem resoluções possíveis.

Talvez o mais importante disso tudo tenha sido tentar passar a ideia de que a região - fazenda e pousada -, não se limitem de maneira isolada a só um lugar

histórico, cultural, geográfico ou qualquer definição que possa impor barreiras em suas infinitas possibilidades. Quando nos referimos durante o trabalho sobre “lugar multidisciplinar”, “interdisciplinaridade”, “polo acadêmico” entre outras expressões utilizadas para dimensionar tudo que se pode fazer no local e pelo local, a intenção sempre foi ampliar e não reduzir o seu universo, além de mostrar que diversas questões podem conviver e que a partir disso se multiplicam cada vez mais as suas formas, formatos e ampliam e dinamizam esse alcance.

Esses lugares merecem muita atenção e contribuição em todas as esferas para que seu legado possa ser preservado e seus conhecimentos difundidos mundo afora. Usando este trabalho como base, muitos outros podem ser realizados. Conceitos e teorias aprofundadas e principalmente problematizadas. Esse trabalho buscou uma apresentação do tema e lugar. Futuramente o lugar que o turismo enxerga a produção da cultura, e ao contrário, pode e deve ser bem aprofundado.

Essa aqui foi uma primeira e pequena contribuição, e talvez, ponto de partida para muitas outras, onde pude revelar um pouco das “Vozes do século XIX: a fazenda Ponte Alta e seus usos atuais”.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Guilherme Viana de. **Crise do Escravagismo**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/crise-do-escravismo>>. Acesso em: 07/09/2016.
- ARRUDA, Rebecca. Veja algumas curiosidades do café. **Revista Cafeicultura**, Rio Paranaíba, MG, 2012. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=46740&veja-algumas-curiosidades-do-cafe.html>>. Acesso em: 07/09/2016.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003 (Coleção Turismo). Acesso em: 14/10/2016.
- BOTELHO, Janaína. Os barões do café em Nova Friburgo e seu legado histórico. **Revista Cafeicultura**, Rio Paranaíba, MG, 2013. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=47418&os-baroes-do-cafe-em-nova-friburgo-e-seu-legado-historico-.html>>. Acesso em: 07/09/2016.
- BRIZOLLA, Tânia (coord.). **Marcos conceituais**. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 14/10/2016.
- Câmera Especial 18 - Fazenda Histórica - Bloco 1**. 2012. 12 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-hOF-ddZI0Y>>. Acesso em: 04/03/2017.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des)caracterizadores de seu fim. In: **Revista CPC**, São Paulo-SP, n. 16, maio/out. 2013.
- CARVALHO, Rui. **O turismo e suas definições – a bola da vez?** Disponível em: <http://www.ruicarvalho.com.br/site/capitulo1_aboladavez.pdf>. Acesso em: 14/10/2016.
- CASTRO, Lucas Barros de. **Ensino de História na fazenda Ponte Alta: História, cultura & educação**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2013.
- CASTRO, Mariana Amparo Medeiros de. **O turismo rural como ferramenta na preservação da história e da cultura no Vale do Café**. 2013. 71 f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense (UFF). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Curso de Turismo. Departamento de Turismo. Rio de Janeiro, 2013.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil**. IPHAN, 2004. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 14/10/2016.

Diário do Grande ABC. **Rio de Janeiro transforma interior em polo de turismo rural**. 2000. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/226306/rio-de-janeiro-transforma-interior-em-polo-de-turismo-rural>>. Acesso em: 15/01/2017.

DUTRA, Wagner Andrade Vieira. Turismo é... In: **Revista Turismo**, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> Acesso em: 16/10/2016.

O Estado de S. Paulo. São Paulo, SP, 2015. **História do café: nos cafezais paulistas, os escravos brancos**. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=58925&hist-ria-do-caf---nos-cafezais-paulistas--os-escravos-brancos.html>>. Acesso em: 03/09/2016.

FARIA, Sheila de Castro. **Barões do café**. São Paulo: Atual, 2005.

FERREIRA, Iana Carolina Rodrigues. Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em Guaramiranga-CE. In: **Revista Turismo**. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/guaramiranga.html>>. Acesso em: 16/10/2016.

FERREIRA, Luís; AGUIAR, Lídia e PINTO, Jorge Ricardo. Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. In: **Cultura** – Revista de Cultura e Turismo, ano 6, n. 2, jun. 2012. Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao2/7.turismo-cultural.pdf>>. Acesso em: 21/10/2016.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/tombamento>>. Acesso em: 03/11/2016.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Feitorias**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/feitorias/>>. Acesso em: 22/10/2017.

Gegê na Ponte Alta, um sarau musical. 2013. 4 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tVcRQjINPKs>>. Acesso em: 04/03/2017.

GENESTRA, Cinthia Bourget Fortes. A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. In: **Para Entender a História**, ano 2, jan., série 11/01, 2011. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/01/atuacao-dos-escravos-de-ganho-na.html>>. 22/10/2017. Acesso em: 26/10/2017.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O café e a conta. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, n.57, p. 24-26, jun. 2010.

HONÓRIO, Ricardo. **Concepções de cultura**. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d12-rhonorio.pdf>>. Acesso em: 02/12/2017.

IANSEN, Marta. **A rotina dos escravos em uma fazenda produtora de café**. 2014. Disponível em: <<https://martaianesen.blogspot.com.br/2014/05/a-rotina-dos-escravos-em-uma-fazenda-produtora-de-cafe.html>>. Acesso em: 27/10/2017.

Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR). **Turismo rural brasileiro**. Disponível em: <http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=65> Acesso em: 16/10/2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Linha do tempo – IPHAN 80 anos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 04/11/2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **O IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 03/11/2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 03/11/2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta de turismo cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>>. Acesso em: 03/11/2016.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. **A escravidão no Brasil: do ciclo do café à abolição**. 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/escravidao-no-brasil-do-ciclo-do-cafe-abolicao/#gs.null>>. Acesso em: 07/09/2016.

LIMA, Roberto Guião de Souza. **O Ciclo do Café Vale-paraibano**. Instituto Cidade Viva, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf>. Acesso em: 02/09/2016.

MARTINS, Ana Luiza. Elixir do mundo moderno. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, n. 57, p. 20- 23, jun. 2010.

MAURER JÚNIOR, Orides. **História e sociedade**. 2012. Disponível em: <<http://oridesmjnr.blogspot.com.br/2012/04/o-trabalho-das-escravos-nas-fazendas-de.html>>. Acesso em: 04/10/2016.

MENEZES, Rafael. História do ciclo do café no Vale do Paraíba de 1830 a 1930. **Revista Cafeicultura**, Rio Paranaíba, MG, 2009. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/?mat=21809>>. Acesso em: 02/09/2016.

Ministério do Turismo. **EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>>. Acesso em: 03/11/2016.

Ministério do Turismo. **Dados e fatos**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>>. Acesso em: 03/11/2016.

Multirio. **Pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/pressao_inglesa.html>. Acesso em: 02/09/2016.

Museus BR. **Museu do Escravo**. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/espaco/9532/#tab=tab-publico>>. Acesso em: 06/02/2017.

NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi e BENI, Mario Carlos. **Turismo é área de Humanas e não de Exatas**. Disponível em: <<http://luiztrigo.blogspot.com.br/2009/10/turismo-e-area-de-humanas-e-nao-de.html>>. Acesso em: 03/11/2016.

OLIVEIRA, Litiere; CARDOSO, Monique e GUIMARÃES, Mercedes. **Escravidão, um passado para esquecer?** Disponível em: <<http://www.areliquia.com.br/artigos%20anteriores/41escrav.htm>>. Acesso em: 02/09/2016.

OLIVIERI, Antonio Carlos. **Lei Áurea: Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim à escravidão**. 2005. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/lei-aurea-princesa-isabel-sancionou-a-lei-que-pos-fim-a-escravidao.htm>>. Acesso em: 02/09/2016.

O que é cultura? A concepção de Clifford Geertz. 2015. 6 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EmUvgiTGg40>>. Acesso em: 04/11/2016.

PENA, Rodolfo Alves. **Espaço urbano e rural**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/espaco-urbano-rural.htm>>. Acesso em: 04/11/2016.

PINTO, Tales. **Plantation, um sistema de exploração colonial**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/plantation.htm>>. Acesso em: 05/10/2016.

Prefeitura de Florianópolis. **Noções Básicas do Turismo**. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11_11_2009_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf>. Acesso em: 03/11/2016.

RASPANTI, Márcia. **O café no Brasil: fenômeno cultural, moda e biopirataria**. 2016. Disponível em: <<http://historiahoje.com/o-cafe-no-brasil-fenomeno-cultural-moda-e-biopirataria/>>. Acesso em: 03/02/2017.

Rede Social do Café. **Vídeo animação: a história do café. Vale a pena conferir!!!** 2015. 2 min. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=57370&-video-animacao--a-historia-do-cafe-----vale-a-pena-conferir----.html>>. Acesso em: 07/09/2016.

REJOWSKI, Mirian. Turismo nas fazendas imperiais do Vale do Paraíba Fluminense, Brasil. In: **TURyDES: Revista Turismo y Desarrollo local**. Vol. 9, n. 20, jun/jul 2016.

Revista Cafeicultura. **Curiosidade: café chega ao Brasil por uma briga amorosa**. 2010. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=35802&curiosidade---cafe-chega-ao-brasil-por-uma-briga-amorosa.html>>. Acesso em: 23/09/2016.

Revista Cafeicultura. **História do Café no Brasil**. 2011. 4 min. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=40384&historia-do-cafe-no-brasil-.html>>. Acesso em: 23/09/2016.

Revista Cafeicultura. **A história do café solúvel e o café brasileiro**. 2011. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=36976&a-historia-do-cafe-soluvel-e-o-cafe-brasileiro.html>>. Acesso em: 27/09/2016.

Revista Cafeicultura. **Historia do café, vídeo da Bayer sobre a história do café**. 2012. 19 min. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=45183&historia-do-cafe--video-da-bayer-sobre-a-historia-do-cafe.html>> Acesso em: 23/09/2016.

ROCHA, Isabel. **Implantação e distribuição espacial e funcional da agro indústria fluminense, arquitetura do café – 1840-1860**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2007. Acesso em: 19/09/2016.

ROMÃO, Bruna. Dinâmica da economia do café influenciou tráfico de escravos. **Revista Cafeicultura**, Rio Paranaíba, MG, 2013. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=47974&dinamica-da-economia-do-cafe-influenciou-trafico-de-escravos.html>>. Acesso em: 02/09/2016.

SCANTIMBURGO, João de. **O café e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

SCÓTOLO, Denise e NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. In: **Cultur – Revista de Cultura e Turismo**, ano 9, n. 1, fev. 2015. Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>>. Acesso em: 02/01/2017.

SEBRAERJ. **A arquitetura rural**. Disponível em: http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/cafe/03_AAarquitecturaRural.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

SILVA, Jeronimo de Paula da. A presença do índio no Vale do Paraíba: os índios puris. In: FERNANDES, Neusa e COELHO, Olinio Gomes (org.). **História e Geografia do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, CREA-RJ, Prefeitura de Vassouras, 2013, 312 p.

SILVA, Juarez de Sousa e; SAMPAIO, Cristiane Pires; MACHADO, Marise Cotta e MONACO, Paola Alfonsa Lo. **Secagem e Armazenagem de Café - Tecnologias e Custos**. Disponível em:
<<ftp://www.ufv.br/Dea/poscolheita/LIVRO%20SECAGEM%20E%20ARMAZENAGEM%20DE%20CAFE/capitulo1.pdf>>. Acesso em: 05/10/2016.

SILVA JUNIOR, Juarez da. **O capitão do mato**. 2005. Disponível em:
<<http://movimentoafro.amazonida.com/capitao-do-mato.htm>>. Acesso em: 02/11/2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **As leis abolicionistas**. Disponível em:
<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/as-leis-abolicionistas.htm>>. Acesso em: 02/09/2016.

SOUZA, Tatiana Roberta de. Lazer e turismo: reflexões sobre suas interfaces. In: **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em:
<http://www.ucs.br/ucs/tplVSemintur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf>. Acesso em: 22/12/2016.

VALVERDE, Orlando. **A fazenda de café escravocrata no Brasil**. Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1973.

Entrevistados:

Roberto de Freitas. Entrevista concedida em 27/02/2017.

Michele Assunção. Entrevista concedida em 27/02/2017.

Lucas Barros de Castro. Entrevista concedida em 22/02/2017.



SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 14/03/2017

Eu, **BRUNO PINTO DE AVELLAR**, CPF 140.402.097-70 formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada “**VOZES DO SÉCULO XIX – A FAZENDA PONTE ALTA E OS SEUS USOS ATUAIS**” defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.


BRUNO PINTO DE AVELLAR